



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO PARA  
MANUTENÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA ISRAEL  
UM ESTUDO SOBRE O FILME A LISTA DE SCHINDLER (1993)**

**ISADORA WADI STADUTO**

Foz do Iguaçu

2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO PARA  
MANUTENÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA ISRAEL  
UM ESTUDO SOBRE O FILME A LISTA DE SCHINDLER (1993)**

**ISADORA WADI STADUTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci

Foz do Iguaçu

2019

ISADORA WADI STADUTO

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO PARA  
MANUTENÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA ISRAEL  
UM ESTUDO SOBRE O FILME A LISTA DE SCHINDLER (1993)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-Americano  
de Economia, Sociedade e Política da  
Universidade Federal da Integração Latino-  
Americana, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci  
UNILA

---

Prof. Dr. Eduardo Dias Fonseca  
UNILA

---

Prof. Dr. Fabio Allan Mendes Ramalho  
UNILA

Foz do Iguaçu, 10 de Dezembro de 2019.



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) dia(s) 10 do mês de dezembro do ano de 19 realizou-se a apresentação pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado A instrumentalização da memória do holocausto e a manutenção da política externa do EVA para Israel apresentado pelo discente Isadora Wadi Staduto, do curso Relações Internacionais e Integração. Os trabalhos foram iniciados às h, pelo(a) docente orientador(a) Tereza Maria Spyer Dulci presidente da banca examinadora, juntamente com o(a) docente Eduardo Dias Fonseca e o(a) docente Fabio Allan Mendes de Ramalho.

#### Observações da Banca Examinadora:

A banca parabeniza a clareza, coerência, relevância e consistência do trabalho apresentado. Ressalta a importância da interdisciplinaridade para o campo de RI. Recomenda a continuidade do trabalho em pesquisas futuras.

A Banca Examinadora, ao término da apresentação oral e da arguição do acadêmico, encerrou os trabalhos às 10 h 30. Os examinadores atribuíram as seguintes notas:

orientador(a)	nota final:	<u>10,0</u>	Média final: <u>10,0</u>
docente	nota final:	<u>10,0</u>	
docente	nota final:	<u>10,0</u>	

Proclamado o resultado pelo presidente da banca examinadora, encerraram-se os trabalhos e, para constar, eu Tereza M. Spyer Dulci lavrei a presente Ata que assino juntamente com os demais membros da banca.

Foz do Iguaçu, 10 de dezembro de 2019

Assinaturas:

Tereza M. Spyer Dulci José do Reis Ramalho F. A. L. M.

Dedico esse trabalho a memória da  
minha, tia, “dinda” e amiga Fátima  
Marmit Wadi.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo, com muito amor e tremenda admiração, aos meus pais, Yonissa e Jefferson, que me proporcionaram apoio incondicional para a realização, não somente deste trabalho, mas também para todos os outros que me trouxeram até aqui.

Agradeço também a República Federativa do Brasil por me proporcionar educação em uma universidade pública, gratuita e de alta qualidade. Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) por me proporcionar a oportunidade única de estudar em uma universidade de caráter internacional e interdisciplinar, que ampliou meus horizontes, como pessoa e como pesquisadora.

Digo “muito obrigada” a todos os professores que me acompanharam nessa caminhada e a todos os colegas que passaram por minha vida universitária. Deixo aqui minha admiração e apoio aos milhões de estudantes e professores deste país e da América Latina que somam forças para lutar por uma educação transformadora, democrática, livre, de qualidade, pública e gratuita.

Com todo meu coração agradeço a toda a minha família, que sempre esteve presente com palavras de apoio e incentivo, acreditando na minha capacidade. Especialmente às minhas avós, Yone e Madalena, que foram exemplo de mulheres valentes e fortes, muito obrigada pelo amor e cuidados.

Digo *shukraan* para meu avô Issa Wadi que me trouxe da Palestina a vontade de buscar a justiça, a liberdade e a igualdade entre os povos, da América Latina até ao Oriente Médio. ¡Somos Sur!

Obrigada a minha irmã Carolina, que assim como meu avô, plantou a semente da luta pela libertação da Palestina e do povo palestino no meu coração, que me levou a procurar modos de contribuir de onde eu estou – a academia –, para a luta, pois creio que a produção de conhecimento acerca de temas dissidentes é, também, resistência.

Digo *gracias*, com toda a minha admiração, a minha orientadora Tereza Spyer por abraçar esse tema tão diferente e pouco usual nas Relações Internacionais (RI). Ela me mostrou que RI está em todos os lados e que nenhum conhecimento é menor que outro. Obrigada por acreditar na minha pesquisa, nas

minhas ideias, por acalmar minhas angustias e sempre me motivar.

Por último, deixo aqui minha gratidão, as amigas e aos amigos que estiveram presentes neste processo intenso e maravilhoso que foi a graduação. Obrigada pelo amor e pelo companheirismo que vocês me deram, sem vocês eu não teria vencido tantos obstáculos. Vocês foram minha maior conquista nesses anos dentro da universidade, obrigada por me darem o apoio de uma segunda família.

*Talvez me despojes da última polegada da  
minha terra  
Talvez aprisiones minha juventude  
Talvez me roubes a herança de meus  
antepassados  
Móveis... utensílios e jarras  
Talvez queimes meus poemas e meus livros  
Talvez atires meu corpo aos cães  
Talvez levantes espantos de terror sobre nossa  
aldeia  
Mas não me venderei  
Ó inimigo do sol  
E até a última pulsação de minhas veias  
Resistirei  
Talvez apagues todas as luzes de minha noite  
Talvez me prives da ternura de minha mãe  
Talvez falsifiques minha história  
Talvez ponhas máscaras para enganar meus  
amigos  
Talvez levantes muralhas e muralhas ao meu  
redor  
Talvez me crucifiques um dia diante de  
espetáculos indignos  
Mas não me venderei  
Ó inimigo do sol  
E até a última pulsação de minhas veias  
Resistirei  
[...]  
Juro que não me venderei  
E até a última pulsação de minhas veias  
Resistirei  
Resistirei  
Resistirei*

**Samih Al-Qassim**

*A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a  
gente “recorda”, e como recorda para contá-la.*

**Gabriel García Márquez**



STADUTO, Isadora. **A instrumentalização da memória do Holocausto para a manutenção da política externa dos Estados Unidos para Israel**: um estudo sobre o filme a Lista de Schindler (1993). 2019. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMO

Esta monografia engloba o caráter interdisciplinar inerente à disciplina de Relações Internacionais utilizando-se de contribuições da História e do Cinema, como campos de produção analítica. Neste sentido, buscou compreender como a política externa pode ser construída por elementos subjetivos, como memória e representação. A hipótese central foi que o trabalho da memória, o processo de memorialização, executado pela cultura popular e a instrumentalização da memória do Holocausto, o genocídio judeu perpetrado pelos nazistas, foi construído para legitimar a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para Israel. O filme “A Lista de Schindler” (1993), dirigido por Steven Spielberg, foi escolhido como estudo de caso para provar a hipótese, pois trata-se de um marco da construção da memória do Holocausto, que causa profunda transformação na memória pública acerca deste acontecimento histórico. O objetivo central do trabalho foi analisar as representações do Holocausto, as implicações e usos políticos destas na posterioridade, sem questionar ou negar o genocídio de nazista. A metodologia utilizada foi a qualitativa, assim no primeiro capítulo realizamos uma análise histórica descritiva, através de uma revisão bibliográfica, acerca de como se desenvolve a política externa estadunidense para Israel, com o intuito de compreender os objetivos e interesses centrais dessa relação, e perceber as variações presentes na mesma. No capítulo dois, por meio desta mesma metodologia questionamos, dentro do terreno das Relações Internacionais, como se conforma a história, pois esta é de suma importância para problematizarmos o próprio campo, assim discutimos aspectos das relações entre a história e as relações internacionais, focando especialmente no enquadramento da memória e na construção da narrativa histórica, bem como nas dimensões que estas questões ganham no cinema, especialmente no cinema histórico. Por fim, no terceiro capítulo abordamos como ocorrem as relações entre EUA, Israel, sionismo e Holocausto, iniciando pelo debate de como a memória do Holocausto se relaciona com a existência do Estado de Israel, para problematizar como essa narrativa histórica desde o ambiente doméstico dos EUA, a partir da Indústria do Holocausto (FINKELSTEIN, 2001) e da Americanização do Holocausto (NOVICK, 1999), mantém a relação especial com Israel. Contudo, também, nos dedicamos, a entender como a memória é usada dentro do próprio território israelense e os paradoxos gerados pela memorialização do Holocausto e as relações dos sionistas com os vizinhos árabes, mas, sobretudo, com os “estrangeiros” internos, os palestinos. Neste sentido, buscamos entender como a gramática moral do Holocausto justifica e legitima a política externa estadunidense, não somente para Israel, mas como um todo.

**Palavras-chave:** memória do holocausto; política externa; Estados Unidos; Israel; A Lista de Schindler.

STADUTO, Isadora. **La instrumentalización de la memoria del Holocausto para mantener la política exterior estadounidense para Israel: un estudio de la película La lista de Schindler (1993)**. 2019. 73 p. Trabajo de Conclusión de Grado en Relaciones Internacionales e Integración - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMEN

Esta monografía abarca el carácter interdisciplinario inherente a la disciplina de las Relaciones Internacionales utilizando contribuciones de Historia y Cine, como campos de producción analítica. En este sentido, buscó comprender cómo la política exterior puede ser construida por elementos subjetivos, como la memoria y la representación. La hipótesis central fue que el trabajo de la memoria, el proceso de memorización llevado a cabo por la cultura popular y la instrumentalización de la memoria del Holocausto, el genocidio judío perpetrado por los nazis, se construyó para legitimar la política exterior de los Estados Unidos de América para Israel. La película “La lista de Schindler” (1993), dirigida por Steven Spielberg, fue elegida como un caso de estudio para probar la hipótesis, ya que es un hito en la construcción de la memoria del Holocausto, lo que provoca una profunda transformación en la memoria pública sobre este evento histórico. El objetivo central del trabajo fue analizar las representaciones del Holocausto, sus implicaciones y usos políticos en la posteridad, sin cuestionar o negar el genocidio nazi. La metodología utilizada fue cualitativa, por lo que en el primer capítulo realizamos un análisis histórico descriptivo, a través de una revisión bibliográfica, sobre cómo se desarrolla la política exterior del EE.UU. para Israel, a fin de comprender los objetivos e intereses centrales de esta relación, así como percibir las variaciones presentes en la misma. En el capítulo dos, a través de esta misma metodología, cuestionamos, dentro del campo de las Relaciones Internacionales, cómo se ajusta la historia, ya que es de suma importancia problematizar el campo en sí mismo, por lo que discutimos aspectos de las relaciones entre la historia y las relaciones internacionales, enfocándonos especialmente en el encuadre de la memoria y en la construcción de la narrativa histórica, así como en las dimensiones que estos temas adquieren en el cine, especialmente en el cine histórico. Finalmente, en el tercer capítulo discutimos cómo ocurren las relaciones entre los EE.UU. e Israel, el sionismo y el Holocausto, comenzando con el debate sobre cómo la memoria del Holocausto se relaciona con la existencia del Estado de Israel, para problematizar cómo está narrativa histórica del ambiente doméstico del Estados Unidos, a través de la Industria del Holocausto (FINKELSTEIN, 2001) y la Americanización del Holocausto (NOVICK, 1999), mantiene una relación especial con Israel. Sin embargo, también estamos dedicados a comprender cómo se usa la memoria dentro del territorio israelí y las paradojas generadas por la memorización del Holocausto y las relaciones de los sionistas con sus vecinos árabes, pero especialmente con los “extranjeros” internos, los palestinos. En este sentido, buscamos comprender cómo la gramática moral del Holocausto justifica y legitima la política exterior de los Estados Unidos, no solo para Israel, sino en su conjunto.

**Palabras clave:** memoria del Holocausto; política externa; Estados Unidos; Israel; La lista de Schindler.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Território ocupado por Israel em 1967 .....	p. 20
<b>Imagem 2:</b> Menina do Casaco Vermelho.....	p. 42
<b>Imagem 3:</b> Judeus de Schindler Hoje .....	p. 44
<b>Imagem 4:</b> Tumulo de Schindler em Israel .....	p. 45
<b>Imagem 5:</b> Pôster da Minissérie “Holocausto” (1978) .....	p. 46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJC	<i>American Jewish Committe</i>
AIPAC	<i>American Israel Public Committee</i>
AFSC	<i>American Friends Service Committee</i>
ADL	<i>Anti-Defamation League</i>
EUA	Estados Unidos da América
KKK	<i>Ku Klux Klan</i>
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais +
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
SI	Sistema Internacional
ZOA	<i>Zionist Organization of America</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 O DESENVOLVIMENTO DE UMA RELAÇÃO ESPECIAL: A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA ISRAEL .....</b>	<b>14</b>
1.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO .....	14
1.2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL .....	14
1.3 A GUERRA DOS SEIS DIAS .....	18
1.4 A GUERRA DO <i>YOM KIPPUR</i> .....	22
1.5 A PRIMEIRA INTIFADA E O TRATADO DE OSLO .....	25
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	29
<b>2 O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA .....</b>	<b>30</b>
2.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO .....	30
2.2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E SEUS PROCESSOS DE CO-CONSTRUÇÃO .....	30
2.3 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E DA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA .....	34
2.4 O CINEMA E O ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA .....	36
2.5 A NARRATIVA CLÁSSICA DA “A LISTA DE SCHINDLER”: A MOLDURA DO HOLOCAUSTO .....	39
2.6 O HOLOCAUSTO PRÉ SPIELBERG: A MINISSÉRIE “HOLOCAUSTO” (1978) .....	46
2.7 O HOLOCAUSTO DE SPIELBERG .....	47
2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	51
<b>3 O MITO DO HOLOCAUSTO: FORMAÇÃO E DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>52</b>
3.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO .....	52
3.2 A DESCOBERTA E A COLONIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO PELOS AMERICANOS .....	52
3.3 O MUSEU DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO: MATERIALIZAÇÃO DO MITO O HOLOCAUSTO .....	58

3.4 ISRAEL E O QUESTIONAMENTO DO MITO SIONISTA DO HOLOCAUSTO...	60
3.5 A GRAMÁTICA MORAL DO HOLOCAUSTO E A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE .....	64
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende englobar o caráter interdisciplinar inerente à disciplina de Relações Internacionais. Utilizando-se de contribuições da História e do Cinema, como campos de produção analítica, este trabalho buscará compreender como a política externa pode ser construída por elementos subjetivos, como memória e representação, que dão base para ações que partem da materialidade do Estado, como ações econômicas e militares.

A hipótese central desta monografia é que o trabalho da memória, ou seja processo de memorialização, executado pela cultura popular e a instrumentalização da memória do Holocausto, o genocídio judeu perpetrado pelos nazistas, é construído para legitimar a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para Israel. O filme “A Lista de Schindler” (1993), dirigido pelo notável diretor Steven Spielberg, foi escolhido como estudo de caso para provar a hipótese.

A escolha ocorreu, pois esta obra é um marco da construção da memória do Holocausto, que causa profunda transformação na memória pública acerca deste acontecimento histórico (HANSEN, 1997). O filme “A Lista de Schindler” é uma obra que foi capaz de se tornar não somente um retrato da história, mas sim a própria história, transformando o Holocausto em um mito fundacional da sociedade estadunidense (KURTZ, 2017).

Entretanto, é preciso deixar claro, que nosso objetivo não é debater o acontecimento do Holocausto em si, como fato histórico. A intenção é analisar sua representação, as implicações e usos políticos destas na posterioridade. De forma alguma, questionamos ou negamos o genocídio de nazista, reconhecemos e respeitamos a morte de milhões de pessoas, incluindo, judeus, presos políticos, sobretudo comunistas e anarquistas; pessoas com deficiências, físicas e mentais; do povo romani, popularmente conhecido como ciganos; e de pessoas LGBT+’s (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais +) , assim como, todos os outros grupos que tiveram suas vidas destruídas por não se encaixarem nas políticas sociais e raciais do Estado nazista.

O tema é relevante para o debate das Relações Internacionais contemporâneas, pois faz parte de uma área pouco explorada no campo, a intersecção entre política externa e cinema. A escolha de usar o cinema para pensar

a política externa estadunidense para Israel e em certo sentido, a própria existência e legitimação do estado israelense, ocorre por uma necessidade de buscar alternativas para refletir acerca da ocupação dos territórios palestinos e o apoio internacional a um Estado que mantém práticas neocoloniais em pleno século XXI. Esse sempre será o objetivo último deste trabalho.

Porém, para que se prove a hipótese, e para chegarmos ao objetivo de compreender como a mais longa ocupação colonial do século XXI (SAID, 1992) se sustenta, é necessário primeiro compreender como ocorre o reconhecimento e legitimidade internacional de Israel como um Estado legítimo dentro do Direito Internacional.

Para que um Estado possa inserir-se dentro do Sistema Internacional (SI) e tornar-se sujeito do Direito Internacional, este necessita o reconhecimento de seus iguais. Neste trabalho não se compreende o SI como anárquico, mas, sobretudo, como hierárquico, pois existem soberanias maiores que outras. Dentro dessa hierarquia destacam-se os Estados Unidos, maior economia e maior poder bélico dentro do SI, logo, ganhar seu reconhecimento e apoio significa muito para um jovem e pequeno Estado, como Israel.

Portanto, no primeiro capítulo realizamos uma análise histórica descritiva, através de uma revisão bibliográfica, acerca de como se desenvolve a política externa estadunidense para Israel, com o intuito de compreender os objetivos e interesses centrais dessa relação, e perceber as variações presentes na mesma. Dividido em quatro seções, este capítulo aborda, em um primeiro momento, o processo de criação do Estado de Israel; na segunda seção explica a Guerra dos Seis Dias; na terceira, e aborda a guerra do Yom Kippur; e, por fim, se debate a Primeira Intifada e como esta leva ao primeiro grande debate internacional acerca da paz entre Palestina e Israel e a assinatura do Tratado de Oslo.

Entendemos que compreender esta complexa relação desde seu início e dentro de suas nuances se faz imprescindível para observar de que maneira os interesses políticos e estratégicos dos Estados Unidos influenciam nessa inserção do Holocausto na memória pública estadunidense e como o “despertar do Holocausto” legitima tais iniciativas de política externa.

A partir da metodologia qualitativa adquirimos as ferramentas teóricas necessárias para nossa análise. Valendo-nos história, e do marco teórico dos estudos contemporâneos da memória, torna-se pertinente para a compreensão das



relações internacionais, as categorias da disciplina dadas como naturais. Um exemplo é o mito da soberania que, segundo Ashley (1988), silencia várias questões relativas à formação do Estado Nação, apagando propositalmente diversas narrativas para que a história do nascimento da Nação seja algo coeso e sirva aos propósitos do grupo governante.

Logo, no segundo capítulo, questionamos dentro do terreno das Relações Internacionais, como se conforma a história, pois esta é de suma importância para problematizarmos o próprio campo. Sendo assim, se discutirá aspectos das relações entre a história e as relações internacionais, focando especialmente no enquadramento da memória e na construção da narrativa histórica, bem como nas dimensões que estas questões ganham no cinema, especialmente no cinema histórico. Desse modo, apresentamos um estudo sobre “A Lista de Schindler”, em conjunto com os debates teóricos.

Por fim, no terceiro capítulo abordamos como ocorrem as relações entre EUA, Israel, sionismo e Holocausto. Iniciamos pelo debate de como a memória do Holocausto se relaciona com a existência do Estado de Israel, como essa narrativa histórica desde o ambiente doméstico dos EUA, a partir da Indústria do Holocausto (FINKELSTEIN, 2001) e da Americanização do Holocausto (NOVICK, 1999), mantém a relação especial com Israel.

Contudo, também, nos dedicamos, a entender como a memória é usada dentro do próprio território israelense e os paradoxos gerados pela memorialização do Holocausto e as relações dos sionistas com os vizinhos árabes, mas, sobretudo, com os “estrangeiros” internos, os palestinos. Neste sentido, buscamos entender como a gramática moral do Holocausto justifica e legitima a política externa estadunidense, não somente para Israel, mas como um todo.

# 1. O DESENVOLVIMENTO DE UMA RELAÇÃO ESPECIAL: A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA ISRAEL

## 1.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

Este capítulo pretende realizar uma análise histórico-descritiva acerca de como se desenvolve a Política Externa estadunidense para Israel, com o intuito de compreender os objetivos e interesses centrais dessa relação, e perceber as variações presentes na mesma. Dividido em quatro seções, este capítulo abordará em um primeiro momento o processo de criação do Estado de Israel, a segunda seção explicará a Guerra dos Seis Dias, na terceira, será abordada a guerra do Yom Kippur e por fim se debaterá a Primeira Intifada e como esta leva ao primeiro grande debate internacional acerca da paz entre Palestina e Israel e a assinatura do Tratado de Oslo.

Compreender esta complexa relação desde seu início e dentro de suas nuances se faz imprescindível para observar de que maneira os interesses políticos e estratégicos dos Estados Unidos influenciam na inserção do Holocausto na memória pública estadunidense e como o “despertar do Holocausto” legitima tais iniciativas de política externa.

## 1.2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

As relações Estados Unidos da América e Israel tem suas origens antes mesmo do surgimento do Estado judeu. Estas ocorrem em um primeiro momento como uma disputa pela influência que os EUA poderiam exercer na decisão pela partilha da Palestina e subsequente criação do Estado de Israel (LOOSE, 2015, p. 38), e tal influência é disputada pelo movimento sionista. Portanto, para compreender como essas relações ocorrem antes mesmo da conformação do Estado israelense, será necessário que façamos uma breve introdução ao sionismo, movimento responsável pelo nacionalismo judaico e pelo empenho para construção de um “lar judaico”.

O nacionalismo judaico nasce, sobretudo, como resposta ao antissemitismo europeu, se tornando mais popular entre a comunidade judaica a

medida que os ataques a judeus crescem, sobretudo do final do século XIX até a primeira metade do século XX (ROTTA, 2012). O projeto de um “lar judaico”, o termo Estado judaico aparece no discurso sionista apenas em 1942, mas havia começado a se tornar concreto já a partir do primeiro congresso sionista em 1897 na Basileia, Suíça. Convocado pelo líder do pensamento sionista, Theodor Herzl, o encontro foi importante para decidir pontos cruciais para a realização do projeto do “lar judeu”, como e onde seria, além de discutir como seria possível concretizar projeto de tamanha proporção política. A Palestina foi eleita, pois os sionistas acreditavam que os interesses britânicos na região facilitariam para que eles obtivessem apoio da importante potência (ROTTA, 2012).

Em 1901 foi criado um fundo nacional judeu, com assistência do secretário britânico para as colônias, para a arrecadação de fundos para a compra de terras e para a colonização (ROTTA, 2012). Entretanto, somente em 1917, o apoio britânico começou de maneira formal, através de uma “carta de colonização” redigida por Arthur Balfour (1917). Por meio desta, governo britânico apoiou a criação de um lar nacional para o povo judeu, afirmando que “enviará seus melhores esforços para facilitar a conquista desse objetivo” (BALFOUR, 1917, p. 1). A declaração de Balfour se tornou o principal embasamento jurídico para justificar a ocupação, usada como um direito irrefutável dos sionistas de um poder colonial sobre tal território (SAID, 1992). Tal direito era especialmente verdadeiro, por ser a favor de uma causa tão nobre quanto o sionismo, segundo a declaração de Balfour (SAID, 1992). E, por se tratar de um território tão estratégico quanto a Palestina, a causa tornava-se mais especial, segundo Magalhães (2012):

A Palestina sempre foi um território estratégico para os impérios e potências da região. Sua localização fez dela uma importante rota comercial terrestre e marítima. Ela está próxima da Europa, banhada pelo mar Mediterrâneo, e está na porta de entrada para a Ásia fazendo fronteira com a África. Pelo seu litoral sempre entraram e saíram pessoas e mercadorias, e também exércitos (p. 1-2).

O apelo a favor da empreitada sionista estava, deste seu início, deslocado para o âmbito internacional. Em vista disso o movimento sionista foi capaz de difundir sua visão e sua realidade, estabelecendo, segundo Said (1992), um projeto negativo para os árabes-palestinos, de negação e obstrução. Os sionistas

consequentemente produziram um projeto equivalente e contrário de difusão da sua causa.

Não me refiro à mera propaganda política, que, se dependesse das mentiras sobre a Palestina, jamais teria levado o sionismo a se concretizar em Israel. O que mais me preocupa é a força do processo de difusão, cujo o foco principal era a colonização sionista na Palestina, seus êxitos, seus feitos, suas instituições fora do comum; assim como hoje, a força da mensagem israelense é sua admirável autoestima e o enaltecimento de seu espírito “pioneiro”, com o qual os norte-americanos em particular se identificam sem grandes esforços (SAID, 1992, p. 24).

Em 1947 foi aprovada na assembleia geral da Organização das Nações Unidas a Resolução 181 que estabeleceu o fim do mandato britânico na Palestina e a partilha do território em um Estado judaico e em um “Estado” árabe-palestino, determinando, também a cidade de Jerusalém como um território neutro internacional sob o mandato governamental de uma junta organizada pelas Nações Unidas (LOOSE, 2015). A Inglaterra enfraquecida pelas guerras europeias do século XX, se retirou da Palestina, deixando, assim, um vácuo de poder na região e na causa sionista. Portanto, a nova potência no cenário internacional, os Estados Unidos, assumiu o lugar deixado pelos ingleses, abraçando o projeto do “lar judaico” (ROTTA, 2012).

Em solo estadunidense havia, desde 1939, entidades judaico-sionistas que agiam em Washington em busca de apoio para a realização da partilha da Palestina (ROTTA, 2012). Em 1948, ano de eleições presidenciais e ano da declaração de independência de Israel - após a retirada total das forças britânicas na região -, essas entidades, já muito fortalecidas devido ao apoio da rica e influente comunidade judaica estadunidense, exerceram forte pressão para o reconhecimento do Estado sionista por parte do presidente estadunidense, Harry Truman<sup>1</sup> (LITTLE, 2008).

As entidades que buscavam tal apoio às intenções sionistas tinham intenções dúbias, por exemplo, a *American Jewish Committee* (AJC)<sup>2</sup> apoiou a

---

<sup>1</sup> Décimo terceiro presidente estadunidense de 1945 a 1953. Em seu governo os EUA saem da Segunda Guerra e começa a aumentar a tensão com a União Soviética, iniciando a Guerra Fria (KARNAL *et al.*, 2017)

<sup>2</sup> Segundo o site da organização, “a AJC é a principal organização de defesa judaica global, com acesso incomparável a autoridades governamentais, diplomatas e outros líderes mundiais. Através dessas relações e da sua presença internacional, a AJC é capaz de influenciar a opinião e a política sobre as mais importantes questões: combater o crescente antissemitismo e extremismo, defender o

fundação de Israel devido ao medo que houvesse uma reação interna nos EUA se os judeus, vítimas do holocausto nazista, não fossem rapidamente estabelecidos em algum lugar. Por outro lado, é importante destacar como indica estudo de Nathan Glazer, em seu livro *“American Judaism”* (1957), que a criação do Estado de Israel provocou pouco efeito na vida interna da colônia judaica nos EUA; é ilusória a ideia que a criação do Estado afetou o judaísmo estadunidense (FINKELSTEIN, 2001).

O reconhecimento estadunidense do Estado de Israel ocorreu pouco após a assinatura do tratado de independência pelo presidente do Conselho Nacional Judeu, David Ben-Gurion<sup>3</sup>. Entretanto, antes que houvesse o anúncio formal, houve uma grande discussão interna do governo de Truman sobre se o reconhecimento não colocaria os EUA em risco e não prejudicaria as relações “petrolíferas” com os países Árabes. Alguns oficiais do pentágono até mesmo temiam que a inclinação favorável do presidente Truman para a causa sionista fosse simplesmente eleitoreira, já que era demasiadamente difícil se reeleger sem o apoio da comunidade judaica, do que uma decisão estratégica levando em conta a geopolítica da região (LITTLE, 2008). Apesar de uma aparente falta de conhecimento profundo por parte do décimo terceiro presidente estadunidense acerca das relações dos EUA com o oriente médio, Truman deu o pontapé inicial nas relações políticas entre Israel e Estados Unidos. Segundo Little,

Durante o meio século seguinte, Israel e os Estados Unidos se envolveram ainda mais profundamente em uma complicada “relação especial” que alguns observadores compararam a uma aliança duradoura, mas informal e que outros comparam a um casamento instável de direito comum. (LITTLE, 2008, p. 77)

No território palestino o avanço israelense foi acompanhado de uma limpeza étnica para eliminar o maior número possível de palestinos; dessa maneira, o estado de Israel não só se apropriou de território que o plano de participação da Organização das Nações Unidas (ONU) adjudicou o estado judeu e metade do território atribuído ao estado árabe, mas se livraram da maior parte da população palestina desses territórios (VELASCO, 2009).

---

lugar de Israel no mundo e os direitos das liberdades de todas as pessoas”. Disponível em: <https://www.ajc.org/whoweare>. Acesso em 15 Mar. 2019.

<sup>3</sup> Primeiro-ministro de Israel entre 1955 a 1963.

### 1.3 A GUERRA DOS SEIS DIAS

Em 1963, foi assassinado nos Estados Unidos o Presidente John F. Kennedy<sup>4</sup>, sendo substituído por Lyndon Johnson<sup>5</sup>. O contexto fazia com que o Oriente Médio não fosse a prioridade da política externa estadunidense (LOOSE, 2015), pois o país estava envolvida com o conflito militar no Vietnã, além das intervenções no Congo e na República Dominicana. Entretanto, a potência norte-americana manteve suas relações com Israel, incluindo grandes acordos de fornecimento de material militar.

Ao passo em que se mantinha a aproximação entre Estados Unidos e Israel, dava-se o movimento contrário com o Egito de Gamal Abdel Nasser<sup>6</sup>. O líder do país norte-africano tinha se tornado um símbolo do pan-arabismo<sup>7</sup>. Ademais, Síria e Iraque, além do próprio Egito, aproximavam-se cada vez mais da União Soviética. Estava montado o “tabuleiro de xadrez” do Oriente Médio (GUERRA HIJO, 2015), onde se desencadearia o conflito árabe-israelense, de caráter regional, a Guerra dos Seis Dias, que envolveu Síria, Egito, Jordânia e Iraque. Esta se insere no contexto mais amplo da Guerra Fria, sendo os israelenses aliados do bloco ocidental, e vários países árabes da potência comunista.

Na realidade, o que pode-se perceber é que nos anos que sucederam a Crise de Suez até a Guerra dos Seis Dias, as tensões ideológicas na região do Oriente Médio não mais diziam respeito aos vestígios de domínio imperial francês e britânico, mas sim ao conflito bipolar no nível sistêmico internacional e suas repercussões no nível sub sistêmico árabe. Ou seja, entre os Estados governados por grupos comprometidos com uma rápida mudança ou revolução – e que eram identificados como pró-soviéticos – e os governados por dinastias ou grupos mais cautelosos com a mudança política e social, e mais hostis à propagação da influência nasserista – e, portanto, vistos como pró- Ocidente (FERABOLLI *apud*. LOOSE, 2015, p. 46).

No dia 5 de junho de 1967 aconteceu o episódio que serviria de estopim para o desencadeamento do conflito árabe-israelense. O Egito expulsou do deserto do Sinai tropas das Nações Unidas, recuperando, no primeiro momento, a soberania

<sup>4</sup> Presidente estadunidense de 1960 até 1963, ano de seu assassinato (KARNAL, *et al.*, 2017).

<sup>5</sup> Presidente estadunidense entre 1963 e 1969 (KARNAL, Leandro *et al.*, 2017).

<sup>6</sup> Presidente do Egito entre 1956 e 1958. E presidente da República Árabe Unida (uma união entre as repúblicas do Egito e Síria) entre 1958 e 1970. Importante líder do movimento terceiro-mundista e do pan-arabismo.

<sup>7</sup> Movimento político que busca a união dos países árabes, vinculado ao nacionalismo árabe (VELASCO, 2009).

sobre essa parte do seu território que permaneciam sob controle de tropas internacionais desde a Crise de Suez. A crise que iniciou em 1956, quando Nasser iniciou o processo de nacionalização da única ligação entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho, o maior escoadouro do petróleo para a Europa, desapropriando a administração privada de empresas de origem britânica e francesa. Provocou, assim, uma invasão de territórios egípcios por Israel, França e Inglaterra. Os EUA se opuseram à invasão (LOOSE, 2015).

Israel reagiu a iniciativa egípcia de expulsão das tropas internacionais, em julho de 1967, imediatamente, incursionando sobre territórios árabes. Quando a ONU se reuniu foi emitida a Resolução 242, determinando que Israel deixasse os territórios egípcios ocupados. Os Estados Unidos tiveram um posicionamento contraditório. Perante às Nações Unidas, mantiveram o apoio à resolução, ou seja, a defesa da retirada militar israelense; no entanto, em termos práticos, seguiram dando apoio financeiro a seu aliado e cliente, Israel (LOOSE, 2015).

Israel mantinha superioridade militar em relação aos seus vizinhos árabes, mas via essa diferença diminuir gradativamente. Portanto, o ataque israelense ao Egito é visto como uma “guerra preventiva”, no sentido de, em meio às hostilidades na região, não permitir que essa superioridade fosse ultrapassada. Além de vencer o Egito militarmente, Israel ignorou a resolução da ONU e manteve o território ocupado. Sua vitória, passando por cima do Direito Internacional e dos organismos multilaterais da ordem do pós-Segunda Guerra, disseminou no Oriente Médio a imagem de uma “invencibilidade”, o que alteraria permanentemente seu papel no Sistema Internacional. O país manteve, também, o padrão de expansão de seu território, constituído em sua maioria por ocupações ilegais, mantendo a ocupação Península do Sinai desde a Crise de Suez e anexando a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém e as Colinas de Golã (ver imagem 1).

**Imagem 1** – Território ocupado por Israel em 1967



Fonte: BBC Brasil. Disponível em:

<[https://www.bbc.com/portuguese/especial/2001/meast\\_maps/4.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/especial/2001/meast_maps/4.shtml)>. Acesso em: 20 Abr. 2019

A guerra de junho de 1967 foi um ponto de virada nas relações entre Estados Unidos e Israel, que estava desgastada e distante desde a Crise de Suez (1956). A demonstração de força do aparato de dominação de Israel impressionou os EUA a ponto de tornar o jovem Estado um novo recurso estratégico para aquele, que tornou-o seu representante no Oriente Médio, enviando, assim, a Israel um crescente apoio militar e econômico (FINKELSTEIN, 2001). A Guerra dos Seis Dias é essencial para o entendimento das relações entre os dois estados analisados nesta seção, uma vez que as elites judaicas puderam acertar o passo com o poder estadunidense e a partir desse momento não havia mais a ambiguidade entre os interesses sionista-israelenses e os do governo estadunidense. Havia dentro da elite judaica, até aquele momento, uma insegurança em relação a sua inserção política nos Estados Unidos, pois sua lealdade com o país estava sempre sendo posta em voga devido aos interesses, muitas vezes, divergentes<sup>8</sup> entre os dois estados aos quais pertenciam (FINKELSTEIN, 2001).

O êxito militar de Israel facilitou a assimilação dessa elite, abrindo as portas do “santuário” interno do poder dos EUA, “os judeus agora estavam na linha de frente, defendendo a América - na realidade a ‘civilização ocidental’ -, contra as retrógradas hordas árabes” (FINKELSTEIN, 2001, p. 32). Entretanto, havia certa

<sup>8</sup> Após 1948 houve uma significativa retração nas relações entre Estados Unidos e Israel, tendo seu ápice na crise de Suez de 1956, pois os EUA se posicionou contra a anexação da Península do Sinai pelo exército israelense.



resistência interna na comunidade judaica, que politicamente nos EUA, demonstrava-se bastante liberal e progressista. Os judeus de esquerda opunham-se ferrenhamente ao alinhamento do EUA com a Alemanha em seu posicionamento contra a União Soviética, por outro lado, as elites judaicas com seu alinhamento irrestrito aos interesses estadunidense tornaram a Solução Final, o plano de genocídio nazista, um tabu. A esquerda judaica negava-se a interromper as alusões a ela, logo, lembrar o holocausto nazista foi etiquetado como causa comunista. Determinados a se afastar do estereótipo que confundia judeus com a esquerda, a elite judaica não hesitou a oferecer listas de judeus subversivos para sacrifício no altar do Macartismo<sup>9</sup> (FINKELSTEIN, 2001).

A subordinação ao poder estadunidense e a ocupação dos Estados árabes vizinhos, despertava certo temor dentro da comunidade judaica estadunidense que estas posições geopolíticas se tornassem prejudiciais aos próprios interesses israelenses, pois isolaria o país entre os países árabes. Tal debate flertava com a heresia para a elite, pois “um Israel independente em paz com seus vizinhos não teria valor, um Israel alinhado a correntes do mundo árabe, em busca de uma independência dos Estados Unidos, seria um desastre” (FINKELSTEIN, 2001, p. 35). Inclusive há um debate entre os teóricos John Mearsheimer e Kenneth Waltz, em seu livro “*The Israel Lobby and U.S foreign policy*” (2007), sobre como a elite pró-Israel nos Estados Unidos adquiriu tanta força política, através de um intenso *lobby*, colocando os próprios interesses estadunidenses em risco em prol das vantagens obtidas com a manutenção dessa “relação especial”.

Para resguardar seu objetivo estratégico as elites pró-Israel passaram a relembrar o Holocausto provocando o que o jornalista israelense Boaz Evron chamou de “despertar do Holocausto”, ou seja, passaram a usar o Holocausto como “uma doutrina oficial de propaganda, um martelar de slogans e uma falsa visão do mundo, cujo objetivo real não é entender o passado, mas manipular o presente” (Finkelstein, 2001, p. 40). Tal despertar ocorreu de forma notável na academia e no campo das artes, principalmente na literatura e no audiovisual.

---

<sup>9</sup> Foi o período da segunda “caça aos vermelhos”, no período entre 1950 e 1957, perseguição a comunistas e anarquistas promovida, sobretudo pelo senador republicano Joseph McCarthy, do Wisconsin.

Há outro modo de explicar essa mudança. Como a apresentada por Novick, em *“The Holocaust in American Life”* (1999), que expõe uma teoria de que esse despertar de atenção para o Holocausto ocorreu devido ao medo causado por declarações de líderes árabes de “eliminar Israel do mapa” e “levar os judeus ao mar”. Declarações estas, que trouxeram o medo de um segundo Holocausto, desencadeando campanhas de apoio a Israel. Tal mobilização foi organizada por entidades pró-Israel, algumas conhecidas por seu intenso trabalho de lobby em Washington, como a *American Israel Public Affairs Committee (AIPAC)*<sup>10</sup>, por exemplo, que fez um resgate de memória do Holocausto para angariar fundos para apoiar as forças militares israelenses<sup>11</sup>.

#### 1.4 A GUERRA DO YOM KIPPUR

Em 1969, ascendeu à presidência dos Estados Unidos Richard Nixon<sup>12</sup>, que introduziu no Estado uma nova doutrina de política externa. Esta foi elaborada pelo Departamento de Estado, por meio do influente *think tanker*, Henry Kissinger. As novas diretrizes da Doutrina Nixon inseriram-se na conjuntura do sistema internacional da Guerra Fria, que compreendia o apoio em termos econômicos e militares aos países aliados dos Estados Unidos, distensão da União Soviética e a aproximação com a China, que passava nesse momento pelas reformas de abertura de mercado, além de ser marcada pelos erros cometidos pelos EUA no Vietnã. As diretrizes estadunidenses de contenção a URSS eram compatíveis também com o interesse israelense em combater o fortalecimento dos vizinhos árabes antissionistas (LOOSE, 2015).

Entre 1967 e 1973, Israel manteve a posse *de facto* sobre os territórios árabes conquistados do Egito. Fala-se em um alargamento do território (LOOSE, 2015). Os países árabes mantiveram o desejo de recuperá-los, não só por

---

<sup>10</sup> Segundo o site da organização, “a missão da AIPAC é fortalecer, proteger e promover o relacionamento EUA-Israel de forma a aumentar a segurança dos Estados Unidos e Israel. Os membros da AIPAC e os ativistas educam os tomadores de decisão sobre os laços que unem os Estados Unidos e Israel e com é de grande interesse da América ajudar a garantir que o Estado judeu esteja a salvo, forte e seguro” Disponível em: <https://www.aipac.org/about-aipac>. Acesso em 30 Mar. 2019.

<sup>11</sup> O encontro das elites judaicas com o Holocausto será explorado e debatido mais amplamente no decorrer deste trabalho.

<sup>12</sup> Presidente estadunidense entre 1968 e 1974 (KARNAL *et al.*, 2017).

interesses geopolíticos, mas também como uma forma de resgatar a “honra” árabe, uma vez que o pan-arabismo havia saído fortemente fragilizado da Guerra dos Seis Dias, de 1967.

O fracasso da diplomacia em resolver o fortalecimento de Israel e do conflito árabe-israelense provocou os líderes árabes a efetuar uma ação militar conjunta. Assim, o Egito lançou uma ofensiva no território do deserto do Sinai ocupado pelas tropas israelenses, iniciando a chamada Guerra do *Yom Kippur*, em 1973. Consciente de que seu arsenal bélico não seria o suficiente para expulsar as tropas ocupantes, o Egito procurou manter uma “guerra de atrito”, em que, ainda que o inimigo não fosse derrotado, sofreria um desgaste constante, fragilizando-se (MAGNOLI, 2003).

Os Estados Unidos tentaram intermediar a situação propondo ao governo israelense o cumprimento da Resolução 242 da ONU, emitida seis anos antes, que determinava a retirada das tropas das áreas ocupadas. Israel, no entanto, rejeitou o apelo da potência aliada. O objetivo dos Estados Unidos, segundo Guerra-Hijo (2015) e Loose (2015), era, ao mesmo tempo, conter os aliados da União Soviética (neste caso, Egito, Síria e, embora, não envolvido neste conflito, o Iraque) e conter o potencial nuclear israelense. A ajuda com material militar, inclusive, era justificada pela necessidade de modernizar o arsenal do aliado para que ele não chegasse a utilizar armas nucleares que possuía. O período da guerra de atrito perpetrada pelo Egito contra Israel foi fundamental para o fortalecimento do vínculo entre Israel e Estados Unidos

Para os Estados Unidos, Israel agora se tornará uma peça fundamental no tabuleiro da Guerra Fria na região, para contrabalançar a influência soviética sobre os países árabes. Afinal, o Egito e a Síria estavam recebendo modernos armamentos dos soviéticos, bem como assessoria militar. [...] A par disso, os “falcões” israelenses também tinham em mente a redução da dependência de Israel de fornecimento de armas dos americanos. Afinal, o embargo armamentista imposto pela França a Israel em 1967 deixou o país à mercê da boa vontade de Washington. (MAGNOLI, 2003, p. 443).

Foi assim que, em 6 de outubro de 1973, aconteceu a ofensiva sírio-egípcia sobre a península do Sinai, o Canal de Suez e as colinas de Golã. A força aérea israelense não teve o resultado defensivo esperado, pois o Egito e a Síria contavam com mísseis antitanque e antiaéreos, fornecidos pela União Soviética. Após intensos empreendimentos, os aliados árabes conseguiram causar baixas no

exército israelense. Imediatamente, por intermédio de Kissinger, Israel pediu a reposição de seu arsenal aos Estados Unidos, pedido que foi concedido.

Em uma tentativa de influenciar a reação dos Estados Unidos às solicitações de Israel, Dinitz [embaixador israelense em Washington] teria enfatizado, ao final da reunião com Kissinger, a urgência da situação, introduzindo o elemento nuclear. Kissinger foi informado que os mísseis Jericó haviam sido armados com ogivas nucleares e colocados em alerta. [...] A evolução das posições dos Estados Unidos permite concluir que a decisão de iniciar o abastecimento de armas a Israel teria sido composta pela combinação do interesse de evitar uma derrota israelense com a urgência de evitar um rompimento da nítida linha que separa um conflito convencional de um conflito nuclear. (FELDBERG *apud.* LOOSE, 2015, p. 49).

Ao final do conflito pesou mais o auxílio estadunidense e a superioridade militar de Israel, no entanto, as baixas sofridas feriram o orgulho nacional do Estado israelense, derrubando o mito de invencibilidade perante os vizinhos. Israel manteve todos os territórios ocupados, mas houve custos políticos internos, a primeira-ministra Golda Meir<sup>13</sup> acabou renunciando em 1974.

Os passos diplomáticos que se seguiram para o fim das hostilidades determinaram o modo *operandis*, a partir daquele momento, das relações diplomáticas árabes, estes foram os Acordos Militares entre Egito-Israel-Síria, de 1974 e 1975, e o Acordo de Camp David, de 1978, sendo que só nesta segunda oportunidade os termos acordados foram efetivamente cumpridos. Os acordos de 1974 e 1975 tornaram latentes as intenções políticas de Kissinger para a região, pois se enfatizou o bilateralismo e o gradualismo, deteriorando as estruturas, do pan-arabismo, que vinha se fragilizando desde a Guerra dos Seis Dias. Uma característica marcante nos acordos foi o desestímulo da reflexão sobre o passado ou o futuro, procurando-se manter o historicamente instável *status quo* (SAID, 1992).

As intenções se concretizam no Acordo de Camp David (1978), no qual os EUA instigou os governantes árabes na região a manter-se estagnados em sua desarticulação e desagregação presente:

Somente o entrelaçamento de “acordos” por um intermediário peripatético - talvez outro Kissinger - parecia importar. Os Estados Unidos tomaram para si a intermediação entre os Estados, os povos e as instituições, fazendo de seus interesses - sua visão altamente vendável dos fatos - o sucedâneo da cooperação regional entre Estados e comunidade (SAID, 1992, p. 195).

---

<sup>13</sup> Primeira ministra israelense de 1969 a 1974.

Além de alterar significativamente o modo de fazer negociações na região, a Guerra do *Yom Kippur*, de 1973 introduziu o assunto Holocausto no dia-a-dia dos cidadãos estadunidense, pois, no mesmo momento em que houve uma maciça assistência militar a Israel, houve uma forte resistência da opinião pública a este apoio (FINKELSTEIN, 2001). É possível interpretar que tal reação negativa aconteceu devido aos desgastes causados pela Guerra do Vietnã. A ideia de interferir mais uma vez em um pequeno Estado longínquo não era atraente para a população estadunidense. Portanto, a elite judaica resgatou o Holocausto como forma de despertar simpatia à causa sionista na população estadunidense (NOVICK, 1999).

## 1.5 A PRIMEIRA INTIFADA E O TRATADO DE OSLO

Em 9 de dezembro de 1987 se iniciou a Primeira Intifada, a mais violenta revolta da população palestina desde a declaração de 1948 até o fim de 1993, com grande sofrimento e sacrifício do povo palestino e um dano considerável na imagem internacional de Israel (LESCH, 1990). As revoltas, que se expandiram por todo o território, de modo especialmente severo na Faixa de Gaza, se caracterizavam pela luta contra o poder militarizado colonial nos territórios ocupados desde 1967 (NEFF, 1997).

A Primeira Intifada colocou sob a luz da sociedade internacional o violento regime israelense de dominação territorial. A violência televisionada, espancamentos e assassinatos de civis palestinos desarmados ou munidos apenas com pedras, por parte de soldados israelenses fortemente armados pelos Estados Unidos, provocaram protestos pelo mundo, inclusive de instituições da sociedade civil estadunidense, que se manifestaram contra a contínua e brutal ocupação. A *American Friends Service Committee (AFSC)*<sup>14</sup>, por exemplo, criticou Washington por “continuar apoiando uma política de ocupação e ter falhado em se engajar em um sério processo de paz” (NEFF, 1997, p. 81).

---

<sup>14</sup> Segundo o site da “*American Friends Service Committee (AFSC)* é uma organização quaker que promove uma paz duradoura com a justiça, como uma expressão prática de fé em ação. Com base em insights espirituais contínuos e trabalhando com pessoas de diversas origens, nutrimos as sementes da mudança e do respeito pela vida humana que transformam as relações e os sistemas sociais”. Disponível em: <https://www.afsc.org/about-us>. Acesso em 20 de Mar. 2019

No fim de dezembro de 1987 o Conselho de Segurança da ONU votou uma resolução com forte reprovação às violações dos direitos humanos da população palestina, entretanto, os EUA se absteve da votação. Esta foi a 58ª resolução ineficaz do Conselho em reprovação à Israel desde 1948 (NEFF, 1997).

A despeito da abstenção, o impacto na opinião pública da sociedade civil estadunidense, devido a repressão violenta dos protestos palestinos, foi expressivo. Suscitando em uma declaração por parte de presidente Ronald Reagan<sup>15</sup>, repreendendo veementemente as ações dos militares israelenses e insistindo para o uso de métodos não-letais para o controle das revoltas (NEFF, 1997). Entretanto, o ministro de Relações Exteriores de Israel, Sherman Peres, considerou que não havia fundamento para culpar Israel pela violência, pois o Estado estava apenas respondendo aos ataques. Na mesma lógica de negação das violações, várias organizações pró-Israel protestaram contra as declarações da Casa Branca, as taxando de exageradas (NEW YORK TIMES, 1987).

Embora a Casa Branca tivesse feito declarações com teor crítico, o Congresso aprovou, em 22 de dezembro de 1987, uma expansão da ajuda dos EUA para Israel, após refinanciar uma dívida de 9 bilhões de dólares com redução de juros. Além dos já acordados 3 bilhões de dólares em ajuda econômica e militar, os EUA se dispôs usar 150 milhões de dólares em um programa avançado de pesquisa e desenvolvimento de aeronaves para Israel, bem como usar outros 400 milhões dólares de sua ajuda militar para aquisições de defesa por Israel. O país também recebeu 5 milhões adicionais para a ajuda cooperativa EUA-Israel e 25 milhões para o reassentamento de refugiados (MARK, 2005).

Enquanto o resto do mundo criticava as ações israelenses, o EUA davam, como foi interpretado por muitos, inclusive pelo próprio Estado de Israel, um incentivo às práticas repressivas e, após 1987, as políticas de repressão aos palestinos se tornaram cada vez mais severas. Tal incentivo foi dado também pelo conselheiro e formulador de política externa, Henry Kissinger, que em meados de 1988, se encontrou com líderes israelenses e aconselhou que se suprimisse a revolta o mais rápido e brutalmente possível. Segundo Julius Berman, ex-chefe da Conferência das Principais Organizações Judaicas Americanas (estadunidenses), em um memorando do encontro, Kissinger incentivou a expulsão de jornalistas do

---

<sup>15</sup> Presidente estadunidense entre 1980 e 1988 (KARNAL et al, 2017)

território, assim como foi feito pelo regime de apartheid na África do Sul (NEFF, 1997).

Apesar do poder militar superior de Israel, a luta desigual entre jovens armados com pedras contra soldados fortemente armados, foi desestabilizadora para o pequeno “lar judeu”, especialmente sua imagem no cenário internacional. Já não era mais possível que Israel se posicionasse como uma “luz” para as outras nações e nem que pedisse apoio internacional para sua pequena população, pois mostrou-se um cruel repressor de outro povo.

A revolta dos palestinos e a violenta repressão por parte dos israelenses se estendeu até 1993, quando houve uma mudança na posição do governo israelense devido a grande demanda interna por paz. A situação havia se tornado cada vez mais inviável, as pedras do início do conflito, usadas pelos palestinos, foram substituídas por fuzis soviéticos e as perdas cresciam cada vez mais, dos dois lados. Portanto, no início de 1993, o governo israelense e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) começaram negociações em Oslo, com mediação do governo da Noruega, sem informar Washington, em um primeiro momento (AGUIAR, 2011).

As reuniões culminaram nas Declarações dos Princípios - nome formal do “Tratado de Oslo” - que tinham como princípio a formulação de um guia de negociações e relações futuras entre o governo israelense e os representantes do povo palestino. Estes princípios foram definidos em três passos:

1.autonomia palestina inicial em Gaza e Jericó, estendendo-se para outras áreas na Cisjordânia; 2.organização de uma entidade jurídica reconhecida internacionalmente como Autoridade Nacional Palestina (ANP), com as prerrogativas para gerir os assuntos políticos, administrativos e diplomáticos do povo palestino, um proto estado nacional; e 3.início para 2000 (contando cinco anos de maio de 1996, quando terminam todas as retiradas israelenses) das negociações entre o governo de Israel e a ANP para resolver as cinco questões pilares do conflito. (ABU-EL-HAJ, 2014, p.6)

As cinco questões pilares eram “Jerusalém, os refugiados, as colônias, a fronteira dos dois estados e o status político do governo palestino.” (ABU-EL-HAJ, 2014).

Em 13 de setembro 1993, o acordo foi assinado em Washington, na presença de Yasser Arafat, presidente da OLP; Yitzhak Rabin, ministro das

Relações Exteriores de Israel; e o presidente estadunidense, Bill Clinton<sup>16</sup> (AGUIAR, 2011). A assinatura do chamado Tratado de Oslo, que foi celebrado na Casa Branca, deu aos israelenses e seus defensores um senso de que o problema palestino havia sido resolvido,

Isso também deu aos liberais um senso de realização, particularmente quando a "paz" veio sob ataque do movimento Likud e colonizador. E esta, por sua vez, tornou inaceitável que os palestinos expressassem qualquer coisa a não ser apreciação pelo que havia sido feito por eles por Oslo. (SAID, 2007, p.5)

O teórico Edward Said em seu livro "*The end of the peace process: Oslo and after*" (2007) aponta as consequências bastante cruéis que o tratado teve na vida dos palestinos. A pobreza e o desemprego persistiram, assim como os piores aspectos da ocupação israelense, a mais longa ocupação militar do século XX. A expropriação de terras dos palestinos e a expansão de assentamentos ilegais judaicos seguiram. Os palestinos passaram a viver com "autonomia limitada" supostamente controlada pela Autoridade Palestina, entretanto, havia menos liberdade e as perspectivas de vida diminuíram. Said afirma:

Coloco a culpa nos Estados Unidos por isso, que patrocina as injustiças e desigualdades do processo; em Israel, que aproveita a fraqueza palestina para prolongar sua ocupação militar e práticas de liquidação por outros meios; e na Autoridade Palestina, que legalizou os aspectos ilegais, para não dizer absurdos, do "Processo de paz" e prossegue com ele de forma fraca e incompetente, apesar da evidência incontestável de que Israel e os Estados Unidos permanecem imutáveis na sua hostilidade às aspirações palestinas (SAID, 2007, p. 3-4).

Israel saiu internamente pouco prejudicado do processo da Intifada, comparando com as perdas palestinas, porém sua imagem internacional estava prejudicada e seu *branding* de Estado vítima da hostilidade árabe foi estremecido pela violência que empregou contra a população palestina. Considerando este cenário, uma das hipóteses centrais deste trabalho é a instrumentalização do holocausto judeu como mecanismo de legitimação de Israel, frente ao desgaste internacional deste, a partir de sua violenta ocupação do território palestino. Neste sentido, no próximo capítulo haverá o debate da relação entre memória, história e cinema, tendo como objeto de análise no filme a "A Lista de Schindler" (1993) como

---

<sup>16</sup> Presidente estadunidense entre 1992 e 2000 (KARNAL, Leandro *et al.*, 2007).



auge dessa política de instrumentalização da memória. Entretanto, antes mesmo de uma discussão mais profunda é possível observar uma coincidência entre o maior desgaste de imagem de Israel, até então, e a mais expressiva obra audiovisual da sobre o Holocausto.

## 1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Analisamos neste capítulo alguns marcos para traçar a história da “relação especial” entre Estados Unidos e Israel. Os objetivos e interesses da manutenção dessa relação são difíceis de se pontuar com clareza, porém é perceptível que elas são fortemente influenciadas, se não determinadas, em grande medida, por um grupo de interesse sionista pró-Israel fortemente organizado dentro da política e sociedade estadunidense, como indicam Mearsheimer e Walt (2007). Entretanto, simultaneamente os Estados Unidos se valem de Israel para materializar seus interesses na região do Oriente médio, sendo coniventes com a expansão colonial e com a violência com o povo palestino perpetrada por Israel. Essa política externa que possui uma complexidade de tal grau precisa ser baseada em forte justificativas, assim no decorrer dos próximos capítulos será elaborado de que modo estas se constroem, sobretudo pensando nos usos da memória para a construção da história, por meio do cinema.

## 2. O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA

### 2.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

Dentro das Relações Internacionais lidamos frequentemente com suas categorias como naturais. Um exemplo é o mito da soberania que, segundo Ashley (1988), silencia várias questões relativas à formação do Estado Nação, apagando propositalmente diversas narrativas para que a história do nascimento da Nação seja algo coeso e sirva aos propósitos do grupo governante. É pertinente questionar dentro do terreno das Relações Internacionais, como se conforma a história, pois esta é de suma importância para problematizarmos o próprio campo.

Sendo assim, neste capítulo, discutiremos aspectos das relações entre a história e as relações internacionais, focando especialmente no enquadramento da memória e na construção da narrativa histórica, bem como nas dimensões que estas questões ganham no cinema.

### 2.2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E SEUS PROCESSOS DE CO-CONSTRUÇÃO

O teórico Raymond Aron crê que o conhecimento histórico e o conceito do que se considera história é primordial para formação de um conhecimento humano mais eficaz sobre si e sua natureza humana, possuindo implicações de caráter ontológico e epistemológico. Através da história, segundo Aron, é possível compreender as forças, escolhas e circunstâncias que precedem o presente, e tal conhecimento abrange também as relações internacionais, na sua conformação tanto como disciplina, como quanto prática realizada pelos atores do Sistema Internacional, com destaque ao Estado. Entretanto, a história não deve ser vista como uma reconstrução alheia a materialidade. O conhecimento histórico não se dá por um ser transcendental, deslocado do tempo e espaço, a história é feita por sujeitos vivos (ARON, 1938).

A história se constitui de variadas maneiras, e o imaginário é uma forma de constituição da realidade histórica. Diversos historiadores enfatizam que o fato histórico não se detém somente a um momento determinado, mas se estende ao que traz consigo e o que possibilita no presente (OLIVEIRA, 2006). Estudos acerca

do imaginário demonstram a construção de um sistema simbólico que auxilia na formação de um imaginário e de uma realidade histórica determinada.

O exemplo mais notável de formação de imaginário são os nacionalismos, para Anderson (2013) a nação é uma comunidade política imaginada, é produto cultural, de uma legitimidade emocional profunda, assim como o “parentesco” e a “religião”. Tais comunidades - família, religião e nação - se tornam “modulares” adaptáveis a diversas arenas sociais, capazes de serem incorporados por uma variedade de políticas e ideologias (ANDERSON, 2013).

A memória, ou melhor, a falta dela é essencial para o ápice do nosso imaginário enquanto sociedade, a nação. Anderson (2013) ilustra com um trecho de Renan (1882) quem em seu livro “O que é uma nação?” afirma: “Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido de muita coisa” (RENAN *apud.* ANDERSON, 2013, p.32). Anderson, afirma que ela é imaginada, pois a imagem de comunhão entre indivíduos que jamais se conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar uns dos outros, é uma invenção de autoconsciência. Entretanto, na contemporaneidade em um mundo saturado pela mídia, o tempo, a história e a memória tornam-se conceitos qualitativamente diferentes “em vez de se relacionar com o passado através de um senso de lugar ou ancestralidade”, os consumidores de cinema e televisão “podem experimentar uma herança comum com pessoas que nunca viram; eles podem adquirir memórias do passado com as quais não têm conexão geográfica ou biológica” (LOSHITZKY, 1997, p. 3).

Segundo Castoriadis, “todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais, mesmo que seja só para preencher as fundações de novos templos” (1982, p. 147). Portanto, o imaginário social ao determinar identidades, exprimir crenças, constituir ações e comportamentos, torna-se uma motivação, uma justificativa e um projeto, elementos estes fundamentais para construção daquilo que se entende como realidade histórica (OLIVEIRA, 2006). A memória é também um importante componente para a construção histórica, além de estar presente na própria formação do imaginário, esta constitui “a mais autêntica versão do passado” (ZELIZER, 1995, p. 217).

Os estudos contemporâneos acerca da memória coletiva vão além do estudo unidimensional do passado, observando a memória não só como uma atividade de construção de circunstâncias sociais, históricas e culturais mas também

como um entrelaçado entre os presente e o futuro, utilizando-se do passado (ZELIZER, 1995). Logo, segundo Pollak,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 7).

Assim, na perspectiva de autores contemporâneos, como Pollak (1989), o lembrar deixou de ser uma atividade finita, com um começo e um fim. Passou a ser um processo em constante desdobramento, mudança e transformação, formados por duas atividades distintas: recoleção e comemoração. A recoleção é o ato de estabelecer uma relação entre um evento presente e o passado, já a comemoração consiste na reprodução do passado para cumprir objetivos do presente ressaltando uma narrativa original (ZELIZER, 1995). Na visão de Durkheim a comemoração permite “renovar o sentimento que tem de si e de sua unidade” (1965, p. 420), a reafirmação de uma identidade construída a partir da memória.

Antes de uma memória coletiva poder estabelecer vínculos com uma identidade ela passa pelo campo das batalhas da memória, na qual uma construção da memória se sobressai, sendo esta que será utilizada como sustentação da história. Essa memória coletiva conformadora de certas construções históricas não é estável, por exemplo, o tempo, para a memória, é uma construção social que está a disposição de rearranjos estratégicos, assim uma temporalidade pode se modificar para acomodar as necessidades de certo grupo (ZELIZER, 1995). A instabilidade da memória coletiva ocorre também - pois a memória não pode ser processada sem enquadramento.

O enquadramento de memória é constituído pelo material fornecido pela história, ou seja, não se reconstrói a memória, assim como a história, sem um tempo e um espaço reais. Entretanto,

Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 8).

A memória enquadrada não pretende recuperar, mas sim, reconfigurar e colonizar o passado, obrigando-o a se conformar a configurações do presente, pois os comportamentos do presente estão de acordo com como se constrói e se lembra do passado (ZELIZER, 1995). As narrativas sobre o passado foram produzidas, enquadradas, de acordo com certas visões de mundo, que determinam como este deve ou não ser. Isso significa que alguns acontecimentos são trazidos do passado e agrupados em uma narrativa, e rotulados de história, segundo Zelizer (1997).

Pollak afirma que “esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão” (1989, p. 8). Entretanto, Zelizer se opõe à Pollak em relação a quais são os atores responsáveis pelo enquadramento da memória. Para a autora, “memórias históricas e evidências históricas não se restringem mais apenas em arquivos e bibliotecas; eles permeiam a cultura popular e o discurso público também” (1997, p. 19). Portanto, a diversificação do fazer história tem afetado a nossa percepção do passado, enquanto sociedade.

À medida que o discurso público se torna mais complexo, multidimensional e dependente da variedade de tecnologias e de mídias, os eventos do passado passam a ser abordados por outros porta-vozes, como políticos, jornalistas e criadores de cultura popular, incluído cineastas, romancistas e roteiristas de televisão. A cultura popular deu ao público, pelo menos, uma suspensão parcial da descrença sobre as particularidades, nas histórias que conta. Como o passado é recontado de forma a torná-lo potencialmente mais divertido, compêldor ou mesmo controverso, o público tende a dar licença a cultura popular para fazer as representações, mesmo que esta não tome com fidelidade o chamado registro histórico (ZELIZER, 1997).

Em certos modos de representação, com imagem visual, feita pelas mídias, centralmente o cinema e a televisão, emprestaram uma aura de verossimilhança ao registro histórica que pode ser difícil de contestar. Isso vem ocorrendo a partir da perspicaz habilidade de mesclar fatos e ficção para criar certos tipo de representação de eventos ocorridos a muito tempo. Logo, os cineastas ganham espaço para suas narrativas acerca da história e tem tido um papel contínuo, que contrasta com o papel interpretado pelos próprios historiadores. Este é

um contraste que afastou, ainda mais, o poder da historiografia tradicional, de reivindicar a voz principal ao abordar eventos do passado (ZELIZER, 1997).

O trabalho de retratação da história possui uma trajetória social, cultural e política importante. Social, no sentido que é a constituição e reconstituição de um grupo social ao redor da questão da memória. A trajetória cultural se relaciona com a classificação da memória como uma atividade de construção de significado e estas possuem implicações culturais que podem ser positivas e negativas. Por exemplo, é a partir da memória que se cria a moral, a noção de distinção entre certo e errado. Debates sobre o passado acontecem dentro de um quadro cultural mais amplo, não ocorrendo aleatoriamente (ZELIZER, 1997). Já a trajetória política da memória pode ser definida como todas as atividades que afetam a política em seus níveis mais amplos e mais estreitos, incluindo aquelas concernentes à identidade, continuidade, estabilidade, repressão e poder político. Para Paul Connerton, o trabalho da memória é sempre em algum nível político, pois o “controle da memória de uma sociedade em grande parte condiciona a hierarquia de poder” (CONNERTON, 1989, p. 6).

Para Le Goff (1990), na segunda metade do século XX a memória coletiva tem sua importância posta à luz:

Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1990, p. 476)

Portanto, a memória “onde cresce a história” (LE GOFF, 1990, p. 477) é um instrumento e um objetivo de poder, buscando salvar o passado para servir o presente e o futuro. Os novos arquivos (orais e audiovisuais) estreitam a produção dessa memória pelo grupo dominante (LE GOFF, 1990).

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E DA NARRATIVA CINEMATOGRAFICA

Para Bevilacqua (2014), existem muitas formas de representar o passado. Estas podem se manifestar através de diversos modos discursivos, classificáveis em

dois grandes grupos: os narrativos e os não narrativos. Os relatos que nos contam uma história seja esta “real” ou “fictícia”, estão entre os modos narrativos. Dentre os “não narrativos” estão os discursos descritivos, analíticos e líricos.

Quando falamos sobre acontecimentos ocorridos no passado é impossível se desvencilhar da forma narrativa. Sendo ficcional ou não, o escrito, o oral e o cinematográfico dividem esta característica quando querem transmitir uma história. Bevilacqua (2014) utiliza o historiador Hayden White, para assinalar que uma narrativa não pode ser transparente, apenas ter a aparência de ser, pois segundo este autor, a narrativa é uma expressão no discurso, de uma forma particular de experimentar e de pensar o mundo, suas estruturas e processos.

A construção narrativa clássica de filmes chamados de históricos se assemelha com os relatos da ciência histórica moderna, cujas as características

*[...] toma de la obra Mimesis, de Erich Auerbach, en lo que Roland Barthes y Jacques Derrida llamaron el estilo de la “voz media”. Los rasgos principales de este estilo son: la desaparición del autor en tanto que narrador; la disolución de todo punto de vista exterior. (BEVILACQUA, 2014, p. 4).*

Para David Bordwell (1996), o modo narrativo clássico pode ser definido por uma série de características: as personagens são indivíduos moralmente definidos que enfrentam desafios evidentemente indicados; no decorrer da narrativa, este entra em conflitos com outros ou com circunstâncias externas, obtendo uma vitória ou uma derrota decisiva; a história se configura no princípio unificador de causalidade; os espaços são determinados pelo realismo e necessidades compositivas; o argumento e a montagem seguem o critério neoclássico: “*unidad de tiempo (duración continua o coherentemente intermitente), de espacio (una localización definible) y de acción (una fase distintiva causa-efecto); de ahí la “linealidad” de la construcción narrativa*” (BORDWELL, 1996, p. 158). Tal narrativa se desenvolve até que o espectador conheça a história por completo, movendo-se para uma crescente tomada de consciência da verdade, se encerrando com uma celebração da estabilidade alcançada pelas protagonistas, retomando os temas que se manifestam durante o filme. (BORDWELL, 1996).

Os aspectos apontados anteriormente se compreendem na onipresença da câmera como observador invisível e ideal. Sem contingências de espaço e tempo. Dessa mesma forma se define a “ocultação de produção”, ou seja, essa

história não parece ter sido construída, aparenta preexistir sua representação narrativa (BORDWELL, 1996).

Neste sentido e neste último aspecto, se encontra a relação principal entre a construção da narrativa historiográfica e a do cinema clássico, que acontece a partir do chamado “efeito de realidade”, que consiste na

*[...]permitiendo que, aparentemente, se enfrente la “realidad” con su expresión, nunca deja de producir un nuevo sentido, tan cierto es, una vez más, que un sistema, toda carencia de elementos es en sí misma significativa [...] el discurso histórico no concuerda con la realidad, lo único que hace es significarla, no dejando de repetir esto sucedió, sin que esta aseveración llegue a ser jamás nada más que la cara del significado de toda la narración histórica (Barthes, 1987, p. 175-176).*

Paul Ricoeur, em seu livro “*Tiempo y Narración III*” (2009), estabeleceu a necessidade de “entrecruzar” a ficção e a história para construir qualquer tipo de relato sobre o passado, seja este imaginário ou não, ao que Bevilacqua (2014) adiciona, seja este relato escrito ou cinematográfico. Portanto, é das trocas entre a formalização histórica do relato de ficção e a formalização do próprio relato histórico como ficção, que nasce o “tempo narrado”, ou seja, a construção discursiva do passado que constitui a história. A historiografia, as novelas modernas e o audiovisual clássico se caracterizam, em última instância, pela ambição de reconfigurar a condição histórica e elevar-se ao patamar de consciência histórica. Para Ricoeur (2009) é a história que organiza a vida das sociedades ocidentais contemporâneas.

Neste sentido, refletindo acerca das semelhanças entre as narrativas cinematográficas e os relatos acadêmicos, abordamos a partir da próxima sessão o objeto de análise deste trabalho: o filme “A Lista de Schindler” (1993). Obra do diretor Steven Spielberg que representa *Hollywood* nas batalhas da história e memória.

## 2.4 O CINEMA E O ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA

Se houvesse uma escala Richter para medir até que ponto os filmes comerciais causam reverberação na esfera pública tradicional, o efeito da Lista de Schindler pode se aproximar ou, no mínimo, alcançar o nível do



*blockbuster* racista de D.W Griffith de 1915, Nascimento de uma Nação<sup>17</sup> (HANSEN, 1997, p. 77)

Apesar das oito décadas que separam as produções e as diferenças palpáveis entre as duas, uma promove o racismo e perseguição aos afrodescendentes, enquanto a outra busca combater o antissemitismo, é perceptível uma intensidade “sísmica” similar que caracterizam as ambições de Spielberg e a recepção do público. Esta similaridade acontece no sentido que ambas as obras abordam traumas de dimensões coletivas da história, e os retrabalham “em nome da memória e identidade nacional” (HANSEN, 1997, p. 77)

Para Miriam Hansen (1997), o que se percebe de extraordinário nesses dois filmes vai além da capacidade de catalisar controvérsias, mas também na capacidade de ambos em reivindicar “o que” e de “que forma”, uma nação lembrará, tornando Griffith e Spielberg, “guardiões” oficialmente reconhecidos dessa parte da história. A análise da autora torna possível entender, dessa forma, como o próprio Estado os reconhece e suas obras como parte da história oficial.

“O Nascimento de Uma Nação” foi o primeiro filme na história a ser exibido na Casa Branca e, na ocasião, o presidente Woodrow Wilson<sup>18</sup> comentou que o filme era como “escrever a história de forma iluminada” (HANSEN, 1997). O reconhecimento histórico de Spielberg aconteceu com a assinatura de uma Carta de Direitos, em 7 de Abril de 1994, pela governadora de Nova Jersey, Christine Whitman, a qual demandou a inclusão no currículo escolar o ensino sobre o Holocausto e outros genocídios, através exibição do filme “A Lista de Schindler” (1993) (LOSHITZKY, 1997).

Uma distinção importante entre os dois filmes é que a obra de Spielberg se produz em um momento histórico distinto da de Griffith, no qual as crises da contemporaneidade se manifestavam. Uma delas é a chamada crise das identidades, acarretando a da memória, pois toda a construção de identidade se instala, pelo menos em parte, no trabalho de memória (LIPSTIZ, 1990). Segundo Hall, as identidades, fator estabilizador do mundo social estão em declínio, pois:

---

<sup>17</sup> Sinopse: Dois irmãos, Phil e Ted Stoneman, visitam seus amigos em Piemonte, Carolina do Sul: a família Cameron. Essa amizade é afetada pela Guerra Civil, já que os Stonemans e os Camerons devem juntar-se a exércitos opostos. As consequências da guerra em suas vidas são mostradas em conexão com os principais eventos históricos, como o desenvolvimento da própria Guerra Civil, o assassinato de Lincoln e o nascimento da Ku Klux Klan. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt0004972/>>. Acesso em 25 Nov. 2019.

<sup>18</sup> Presidente estadunidense entre 1913 e 1921 (Karnal *et. al*, 2017).

A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 1992, p. 7).

A partir do final do século XX estas crises, da memória e identidade, se manifestam através de um fenômeno cultural da pós-modernidade: a obsessão pelo passado. Loshitzky (1997) utiliza o conceito de "memorial, ou sensibilidade museográfica", de Andreas Huyssen, para explicá-lo. Ou seja, se sofre atualmente de uma sobrecarga da memória fomentada por imagens superficiais. Neste contexto emergiu o interesse pelo Holocausto, particularmente nos Estados Unidos.

A cultura popular percebe tais crises e assume uma presença ativa na formação e reformulação da memória, e das identidades, indo desde a produção de histórias em quadrinhos a filmes populares, para produzir o enquadramento da memória necessário para o cumprimento dos objetivos políticos da contemporaneidade (LIPSTIZ, 1990).

A identidade, assim como a memória, tem suas narrativas construídas de modo não finito, logo, as identidades culturais refletem as experiências históricas em comum e os códigos culturais partilhados que fornecem quadros de referência para interpretação do mundo e sociedade (HALL, 1996). Diante da crise das identidades se recorre ao resgate da memória de um período no qual estas estavam estabilizadas, sem os dilemas que a fragmentação traz, para nortear a interpretação, justificar e enquadrar a história de eventos da contemporaneidade que se apresentam em uma "zona cinza" entre os fragmentos das identidades.

Portanto, diante das crises indenitárias e morais enfrentadas pelos Estados a partir do fim da Guerra Fria, é de suma importância a retomada de uma memória histórica para a conformação e reafirmação da moral e da identidade. Neste sentido, encontramos novamente similitudes entre os filmes de Spielberg e Griffith, pois mesmo que o filme deste último realizador esteja deslocado da crise contemporânea das identidades, a obra se instala no período de uma crise local dos EUA. "O Nascimento de Uma Nação" é lançado após 50 anos do fim da Guerra de Secessão, esta "foi a guerra mais letal e mais custosa da história dos Estados Unidos. Para uma comparação breve: morreram mais de 600 mil estadunidenses na

Guerra Civil; já na famosa Guerra do Vietnã, o número de baixas oficiais foi de 58 mil mortos” (FERNANDES; MORAIS, 2017, p. 136).

Desse modo, o filme buscou comprovar a superioridade racial branca e sulista, elemento de reivindicação sem precedentes à construção da história nacional estadunidense e isso demonstrou a importância da memória nacional para a história do presente (HANSEN, 1997). No sentido que o imaginário construído por Griffith - principalmente no que diz respeito ao incentivo que o filme deu ao renascimento da *Ku Klux Klan* (KKK), “falida” desde 1870 (FERNANDES; MORAIS, 2017) - reverbera até a atualidade nos rumos do país, o exemplo mais latente é a eleição de um presidente, Donald Trump<sup>19</sup>, que possui pais membros do *Klan* (BUMP, 2017). Apesar de muitos historiadores se aterem aos livros de história como a máxima preservação da história, mitos e símbolos construídos e perpetuados por Hollywood se tornam características permanentes na consciência histórica estadunidense e mundial (LOSHITZKY, 1997).

## 2.5 A NARRATIVA CLÁSSICA DE “A LISTA DE SCHINDLER”: A MOLDURA DO HOLOCAUSTO

“A Lista de Schindler” é um roteiro adaptado a partir do livro de mesmo nome, do autor Thomas Keneally (1982), que narra a vida do empresário alemão Oskar Schindler, no contexto da Segunda Guerra Mundial, na Polônia recentemente ocupada. Naquele tempo, através de suas habilidades sociais de *bon vivant*, Schindler conduz negócios com os líderes nazistas e obtém permissão para reativar uma fábrica falida de metais esmaltados no gueto de Cracóvia. Para financiá-la e colocá-la em atividade, o empresário busca no *Judenrat*, conselho judaico do gueto, com o contador Itzhak Stern. Schindler oferece a Stern o trabalho de administrar a fábrica secretamente e pede que ele contate importantes empresários judeus para obter fundos para colocar a fábrica em funcionamento. A relação dos dois personagens, a princípio moralmente contrastantes, pode ser notada no seguinte diálogo:

SCHINDLER: “Se você quiser você pode administrar a companhia para mim.” Stern o estuda. Este homem sentado diante dele não é o Gestapo. Ele não passa de um vendedor de tapetes com o discurso de vendedor.

---

<sup>19</sup> Presidente estadunidense eleito em 2016, se não reeleito, o seu mandato se encerra em 2020.

STERN: “Deixe-me entender. Eles colocaram todo o dinheiro e eu faria todo o trabalho. O que, se não se importa com a pergunta, você faria? Schindler não se ofende; ele lê isso como uma pergunta honesta, merecedora de uma resposta honesta. SCHINDLER: “Eu faria saber que a fábrica está funcionando, daria uma certa imagem, sou bom nisso, não no trabalho, mas na apresentação” (ZAILLIAN, 1993, p. 17).

Com certa relutância, Stern concorda em ajudar a montar o negócio, com o qual a Schindler próspera. Isto acontece graças as necessidades do período de guerra, com a fabricação de painéis e outros utensílios, e ao uso de trabalho, praticamente escravo, dos chamados “judeus de Schindler” recrutados por Stern. Com a implementação da “solução final” nos territórios ocupados, chega a ordem de evacuação forçada do gueto, executado pelo tenente da SS, braço armado do Partido Nazista, Amon Goeth, que deve levar os judeus ao campo de concentração de Plaszow, recentemente construído. Começam as “seleções” de judeus que não possuem habilidades a ser exploradas (os velhos, as crianças, os doentes e/ou incapacitados) para a deportação para o campo de extermínio de Auschwitz. Schindler, que presencia da colina a sangrenta evacuação, se torna ciente do perigo que enfrentam os “seus judeus”, portanto, negocia com Goeth a permissão para que continuem trabalhando em sua fábrica; menos para Stern, entretanto, ele continua a ajudar Schindler clandestinamente. Para manter a relação com Goeth através de presentes e entretenimento constantes, o industrial frequenta Plaszow, e por consequência conhece a vida terrível dentro do campo. Entretanto, um novo pedido chega de Berlim, a deportação em massa de judeus para Auschwitz e para o “tratamento especial”. Diante desta notícia, Schindler decide usar toda a fortuna alcançada graças ao trabalho de “seus judeus” para literalmente comprá-los, e impedir que sejam deportados. Com a ajuda de Stern, faz uma lista. Ele consegue transferir homens. Mas mulheres e crianças são enviadas para Auschwitz. Logo, Schindler vai pessoalmente reivindicá-los e precisa comprá-los novamente. Finalmente ele consegue reunir todos os “seus judeus” em uma nova fábrica, onde eles trabalham por sete meses em uma produção cada vez mais deficitária, que consome toda a fortuna de Schindler, até o final de Guerra. Assim, Schindler cumpre o objetivo de que “seus judeus” sobrevivam e sejam finalmente libertos.

A narrativa escolhida para a produção é do tipo clássico, na qual o *“argumento está dividido y estructurado en segmentos, las secuencias de montaje y las escenas, que representan las etapas establecidas y aceptadas*

*predominantemente por la historiografía académica moderna*” (BEVILACQUA, 2014, p. 18). Tal escolha se apoia em princípios neoclassicistas de unidade de composição, motivação, posição linear, equilíbrio e encerramento, o que para Hansen (1997) são “princípios inadequados em face do evento que por sua natureza desafia a nossa narrativa que urge por buscar sentido, para impor ordem na descontinuidade e na alteridade da experiência histórica” (p. 81).

A película busca esse efeito de realidade através de variados artifícios, dentre eles está a sobreposição de textos extra diegéticos, os quais atestam a facticidade do relato e nos localizam espacialmente e historicamente. Especialmente os *sets* são construídos com realismo, réplicas dos lugares em que os fatos ocorreram, seguindo o que foi estabelecido pelo modelo “canônico, homeostático y casual” (BEVILACQUA, 2014). Historicamente a narrativa nos transporta para as etapas da evolução moral e pessoal de Schindler, que está claramente estruturada de acordo com uma noção de tempo em uma ordem compartimentada, lógica e inequívoca, de passado, presente e futuro.

Assim, a narrativa inicia-se com a ocupação nazista da Polônia (1939) e segue passando pela migração forçada para o gueto de Cracóvia (1941); a vida no gueto com um rigoroso inverno (1942); a sangrenta evacuação do Gueto e transferência para o campo de Plaszow (1943) - momento da “virada” moral de Schindler; a incineração dos corpos de judeus mortos (1944); a evacuação de Plaszow e a transferência para Auschwitz (BEVILACQUA, 2014). É a partir desse momento que a consciência altruísta de Schindler entra em cena e se consolida a ideia de “A Lista de Schindler”. O filme se desenvolve para o fim da guerra e para a libertação, marcado pelo agradecimento e devoção dos cerca de 1.100 judeus salvos por Schindler.

SCHINDLER (para ele mesmo): “Eu poderia ter mais ... se eu tivesse só ... eu não sei, se eu só ... eu poderia ter mais ...”. STERN: “Oskar, existem mil e cem pessoas que estão vivas por causa de você. Olhe para eles.” Ele não consegue. SCHINDLER: “Se eu tivesse ganho mais dinheiro... joguei tanto dinheiro fora, você não tem idéia. Se eu apenas...”. STERN: “Haverá gerações por causa do que você fez”. SCHINDLER: “Eu não fiz o suficiente”. STERN: “Você fez muito”. (ZAILLIAN, 1993, p. 156)

Na cena final há uma presentificação da história, mostrando os “judeus de Schindler”, que ainda estavam vivos durante a produção do longa, levando pedras ao túmulo de Schindler em Israel, acompanhados dos atores que os

interpretaram. O fim, segundo Bordwell (1996), é uma breve celebração da estabilidade que é alcançada pelas personagens principais, última característica de uma narrativa clássica.

Dentre os artifícios para dar veracidade histórica, a fotografia se mostra central. Majoritariamente em preto e branco, o filme possui apenas a cena de abertura e encerramento em cores, além de somente um elemento vermelho visto durante a narrativa, neste sentido, a fotografia marcada pelos hiatos reforça a narrativa do melodrama (BEVILACQUA, 2014). Na abertura, para indicar uma situação inicial, vemos uma família judia em seu ritual de *Sabbat*, o enquadramento principal é na vela acendida para o ritual e a sua consumação completa é o elemento de transição para o preto e branco.

Já o vermelho é visto no casaco de uma menina anônima (ver imagem 2) perdida durante a evacuação do gueto. Observamos a menina através da perspectiva de Schindler desde o alto da colina.

**Imagem 2** – Menina do Casaco Vermelho



**Fonte:** (frame/A Lista de Schindler – recorte da autora)

Explorando dois grandes clichês, como o uso do vermelho para representar violência e brutalidade, e, para mostrar o auge da barbaridade contra uma criança, o diretor guia o momento de transição moral da personagem principal.

Aqui se dá uma associação simplória: aquela menina acorda a boa consciência de Schindler e mostra um horror que, afinal, ele já deveria ter percebido. Certamente as crianças costumam ter um peso simbólico muito maior na avaliação de tragédias humanitárias. Mas isso apenas alivia a nossa consciência, como se despertássemos finalmente para uma verdade terrível que não poderia ter sido vista de forma omissa ou indiferente. (KURTZ, 2017, p. 17)

O cineasta e seu diretor de fotografia, e habitual colaborador, Janusz Kamiński, escolheram filmar em preto e branco, pois não acreditavam que o evento do Holocausto poderia ser aceito e autenticado pelo público se fosse registrado em cores (PINHEIRO, 2018). Existiu também um “desejo de se manter fiel ao espírito de documentários do período” (SHANDLER, 1997, p.155). Além da fotografia em escala de preto e branco, o uso da câmera na mão, sem estabilizador, é outra importante estratégia na busca de legitimidade histórica, principalmente nas cenas de multidão, o qual deu à várias sequências um aspecto de crueza, documental, espontâneo com objetivo de traduzir o terror e a desorientação das vítimas (PINHEIRO, 2019). O próprio Spielberg descreve a escolha da fotografia como uma forma de constituir realismo:

Eu acho que preto e branco representa a realidade... Eu não acho que a cor é real. Eu acho que certamente a cor é real para as pessoas que sobreviveram ao Holocausto, mas para as pessoas assistirem a história pela primeira vez, acho que preto e branco será a verdadeira experiência para elas. Minha única experiência com o Holocausto foi em documentários em preto e branco. Eu nunca vi o holocausto em cor. Não sei como Auschwitz se parece em cores. Mesmo estando lá, é preto e branco nos meus olhos, acho que a cor teria acrescentado um verniz de quase uma farsa (SPIELBERG *apud.* SHANDLER, 1997, p. 156).

O comentário evidencia a importância que os documentários possuem como ponto de contato entre estadunidenses e o Holocausto, o que difere, fortemente da experiência europeia, que convive com elementos físicos da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, assim como da situação israelense em relação ao assunto, pois o Holocausto é central na existência do país, atua como um mito fundador (SHANDLER, 1997).

Nos interessa analisar o modo pelo qual Spielberg menciona o cinema documental como equivalente à história. É comum que, assim como na historiografia moderna, no cinema documental o elemento da narrativa seja desconsiderado. Entretanto, toda obra cinematográfica é uma ficção, como indicam Aumont *et al.* (2008, p. 101): “ni el cine científico ni el documental pueden escapar por entero a la ficción. [...] todo objeto es signo de otra cosa, está tomado en un imaginario social y se ofrece como el soporte de una pequeña ficción”.

Nesse mesmo sentido é plausível abordar o relato de Adriana Kurtz em uma entrevista dada a “Revista do Instituto Humanitas Unisinos” (2017), no qual

vemos um exemplo claro de como a história ganha sentido a partir narrativa cinematográfica:

[...] sobre a questão da força dos filmes de Holocausto, ainda que possamos fazer restrições éticas a muitos deles. Um pouco antes de escrever minha tese, em fevereiro de 2006, visitei o campo de Auschwitz-Birkenau. Eu estava plenamente disposta a desconsiderar os filmes assistidos ao longo de décadas e ir em busca da história, da “realidade”. Nos dois dias que visitei ambos os campos, separados por dois quilômetros e meio que percorri a pé, sob uma neve inclemente, fui surpreendida por uma incrível experiência: aqueles prédios, muros e ruas bem desenhadas do campo principal de Auschwitz, bem como as ruínas de Birkenau, só ganhavam sentido na medida em que eram potencializados por lembranças de cenas de filmes, que se colavam ao cenário indiferente. Eu queria esquecer os filmes em nome de uma suposta verdade histórica. Mas a história – ou o que sobrara dela – só alcançava seu sentido e intensidade plena a partir de uma memória visual da representação do Holocausto. E mesmo na câmara de gás, sob o cheiro ainda presente de morte, os filmes se faziam presentes (p. 19).

O fim da guerra trás de volta as cores, vívidas, é o resgate da opacidade e da morte anônima. A visita ao túmulo de Schindler em Israel (ver imagen 3 e 4) “*Se consuma en este epílogo ‘el futuro’ de Schindler: su conversión en un nuevo ser, un nuevo padre para unos ‘nuevos’ individuos, que han podido sobrevivir al infierno gracias a su entrega personal y misericordia.*” (BEVILACQUA, 2014, p. 19). Nessa perspectiva de “futuro”, também podemos analisar a cena como a materialização da conexão entre Holocausto e o Estado sionista de Israel feita pelo filme.

**Imagem 3** – Os Judeus de Schindler Hoje



**Fonte:** (frame/A Lista de Schindler – recorte da autora)



**Imagem 4** – Tumulo de Schindler em Israel



**Fonte:** (frame/A Lista de Schindler – recorte da autora)

A conexão com o final sionista do filme ocorre, sobretudo, por meio da trilha sonora. A melodia, “*Jerusalem of Gold*”, que acompanha os sobreviventes descendo a colina em direção a Terra Prometida é um símbolo da primeira euforia da vitória israelense em 1967 e “os amargos frutos da conquista, ocupação, e repressão do outro pelo jovem Estado judeu” (BARTOV, 1997, p. 45). Entretanto, ironicamente, o corte exibido em Israel possui uma trilha sonora diferente para essa cena, em consideração as sensibilidades de uma audiência que poderia não aceitar a conexão “ambígua e desconcertante” entre destruição da Diáspora e o triunfo das Forças de Defesa Israelense. O território sionista foi poupado do slogan sionista do filme que foi passado para os demais espectadores (BARTOV, 1997).

## 2.6 O HOLOCAUSTO PRÉ SPIELBERG: A MINISSÉRIE “HOLOCAUSTO” (1978)

Vale considerar que o discurso que cercou a “A Lista de Schindler” é continuação das reações que a minissérie “Holocausto” (1978) (ver imagem 5) provocou na sociedade estadunidense, pois o filme trouxe para esfera pública o debate sobre a natureza do Holocausto e sua representação que não era visto desde a estreia da minissérie, em 16 de abril de 1978 (SHANDLER, 1997), um dia que ficou conhecido como “Domingo do Holocausto” (COLE, 2000). A minissérie de Gerald Green foi assistida por mais de 120 milhões de estadunidense em quatro noites consecutivas.

**Imagem 5** – Pôster da minissérie “Holocausto” (1978)



**Fonte:** Adoro Cinema. Disponível em: < <http://www.adorocinema.com/series/serie-3436/>>. Acesso em: 30 Nov. 2019.

Com um estilo de novela, valendo-se da linguagem do melodrama, a minissérie "Holocausto" estreia a discussão do Holocausto como um gênero (SHANDLER, 1997). Um Boletim da *Anti-Defamation League*<sup>20</sup> (ADL) observou que em quatro dias se construiu a “maior consciência do Holocausto e seu significado do que nas três décadas anteriores.” (COLE, 2000, p.13). Entretanto, o maior feito alcançado foi a inserção da palavra “Holocausto” no vocabulário estadunidense, tornando-a uma palavra familiar, mas também a convertendo em um pronome próprio do genocídio do povo judeu pelos nazistas.

O programa teve uma cobertura midiática receptiva e uma propagandização pouco usual para os padrões televisivos. Uma popular revista entre a comunidade judaica, “*Moment*”, publicou que assistir a minissérie era uma obrigação religiosa (SHANDLER, 1997).

Campanhas publicitárias, guias educativos em escolas, sermões em igrejas e sinagogas e uma avalanche de publicações, artigos, debates e programas

<sup>20</sup> Segundo o site da organização “A ADL é uma organização líder contra o ódio. Fundada em 1913 em resposta a um clima crescente de anti-semitismo e fanatismo, sua missão atemporal é proteger o povo judeu e garantir justiça e tratamento justo para todos. Hoje, a ADL continua a combater todas as formas de ódio com o mesmo vigor e paixão. A ADL é líder global em expor o extremismo e oferecer educação contra preconceitos e é uma organização líder no treinamento da aplicação da lei. A ADL é a primeira chamada quando ocorrem atos de antissemitismo. O objetivo final da ADL é um mundo em que nenhum grupo ou indivíduo sofra preconceito, discriminação ou ódio.” Disponível em: <https://www.adl.org/who-we-are>. Acesso em 26 Nov. 2019.

televisivos converteram o evento histórico ocorrido no continente europeu “num ponto de referência moral no pensamento coletivo americano”. A Lista seguiu a mesma trajetória. Não foi apenas um filme, mas um evento político e midiático. Não podemos menosprezar a força do cinema narrativo clássico hollywoodiano e seu poder de sedução sobre públicos globais (KURTZ, 2017, p. 14)

Houve, igualmente, algumas repercussões no nível da política institucional. O senador William Proxmire de Wisconsin aproveitou o debate que a minissérie provocou para defender a ratificação, pelos Estados Unidos, da Convenção sobre Genocídio das Nações Unidas (COLE, 2000).

Apesar da mediação do Holocausto através de cores, apresentada na minissérie, ter provocado uma grande controvérsia dentro do debate dos limites da representação, foi de grande relevância para pautar o tema no debate público. Entretanto, para Shandler (1997), a retratação do drama judeu em cores soou como a retirada de mais uma dimensão de “veracidade” de um assunto já distante da audiência. Portanto, as reações negativas as escolhas da fotografia em cores na minissérie, por Green, repercutiu nas escolhas de Spielberg e Kaminski ao elegerem filmar em preto e branco, sobretudo para evitar o questionamento sobre a legitimidade histórica de sua narrativa fílmica.

## 2.7 O HOLOCAUSTO DE SPIELBERG

Sinto uma responsabilidade especial como judeu para me ocupar do tema [...] eu acho que estou mais orgulhoso de ser judeu do que em qualquer outro momento da minha história... O filme é o resultado do que eu passei como pessoa (SPIELBERG *apud.* ZELIZER, 1997, p. 25)

O filme de Spielberg, com orçamento de cerca de 22 milhões<sup>21</sup> de dólares, tornou-se o ícone do imaginário ocidental acerca do extermínio dos judeus europeus sob o regime nazista. Foi lançado no início de dezembro de 1993, dois anos antes do aniversário de 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, ou seja, em um momento em que as memórias pessoais do Holocausto estavam desaparecendo.

O filme materializa a frágil transição entre “a consciência do vivido, memória pessoal para memória coletiva, memória manufaturada” (LOSHITZKY,

---

<sup>21</sup> Orçamento baixo para um filme dos maiores diretores do momento, a nível de comparação, o orçamento de Parque dos Dinossauros(1993), produzido no mesmo ano, foi de 60 milhões (PINHEIRO, 2018).

1997, p. 3). Enfatiza uma memória que, para Bartov (1997), é retratada para tornar-se palatável, construindo a ideia de que atos de talentos individuais poderiam ter salvado todos e retirando, em certo nível, uma responsabilidade coletiva.<sup>22</sup> Dá assim, um alívio de consciência ao telespectador, no sentido de identificar-se na bondade de Schindler, mesmo com seus defeitos, e crer que também ele telespectador poderia ser um herói, se necessário. A produção de Hollywood faz o receptor do filme crer que “extermínio dos judeus europeus seria a narrativa salvacionista de um grupo idealizado de vítimas, poupado da morte de forma emocionante, por um industrial nazistóide, subitamente convertido em um humanista radical” (KURTZ, 2010a, p. 3). Uma ilusão foi criada de que tudo o que foi vivido em Auschwitz é o que é visto na tela de Spielberg (BARTOV, 1997), mensagem que pode ser entendida no próprio discurso do diretor durante a promoção do filme:

Me sinto mais como um jornalista que um diretor deste filme. Sinto como se eu tivesse mais reportando que criando. Estes acontecimentos, personagem de Oskar Schindler e as boas ações que ele fez em uma época terrível não foram criadas por mim, eles foram criados pela história. Estou interpretando a história, tentando encontrar as forças que geralmente uso para entreter o público. Eu tenho um grande desejo de entreter, de manter o público interessado - de não entediar ninguém. Neste instante, diferente, que, como cineasta, eu realmente nunca tive em minhas mãos antes. Este filme não deveria agradar ao público (SPIELBERG *apud*. PINHEIROS, 2018, p. 207)

Houve uma “colonização” do Holocausto pela cultura estadunidense, que promove uma “ruptura epistemológica” na cinematografia do Holocausto, através da introdução da temática no cinema *mainstream*, cristalizando uma suspensão das formas de representação anteriores. Porém, de forma paradoxal, segundo Loshitzky (1997), “o diretor mais comercial, associado aos ‘clássicos’ da cultura popular estadunidense, ‘europeizou’ seu filme sobre o Holocausto como se o ‘olhar europeu’ garantisse respeitabilidade crítica e uma reivindicação autoritária de autenticidade histórica e realização artística” (p. 5).

O esforço pela respeitabilidade da crítica foi celebrado<sup>23</sup> por 12 indicações ao *67th Academy Awards*, o Oscar de 1994, das quais ganhou sete, sendo estas as de melhor filme, diretor, roteiro adaptado, montagem, música original, direção de arte e fotografia. Em seu discurso, ao receber o prêmio de

<sup>22</sup> Portanto, se explica porque o filme foi um grande sucesso na Alemanha e na França.

<sup>23</sup> Por outras 45 indicações e mais de 80 prêmios ganhos. Ver [https://www.imdb.com/title/tt0108052/awards?ref\\_=ft\\_awd](https://www.imdb.com/title/tt0108052/awards?ref_=ft_awd)

melhor diretor, Spielberg agradece a Poldek Pfefferberg, um dos judeus de Schindler que convenceu Thomas Keneally a escrever o livro: “um homem de completa obscuridade que nos faz desejar e ter a esperança de Oskar Schindlers em todas as nossas vidas.” (SPIELBERG, 1994). O diretor encerra o discurso dedicando a premiação “para os seis milhões que não podem estar assistindo isso com os um bilhão assistindo esta transmissão hoje à noite. Obrigado.” (SPIELBERG, 1994)

“A Lista de Schindler”, que arrecadou \$322,139,355<sup>24</sup> no mundo todo em 34 semanas em cartaz, foi a “joia da coroa” do “ano do Holocausto”, 1993-94, especialmente nos Estados Unidos. Em abril de 1993, foi inaugurado o *United States Holocaust Memorial Museum* e o filme repercutiu em um aumento das visitas. Os eventos relacionados ao Holocausto nesse ano se “retroalimentaram”, o sucesso do filme e do Museu provocou uma onda de programas televisivos acerca do tema, além da retransmissão da minissérie “Holocausto” (1978).

“A Lista de Schindler” é um filme gerado pela sensibilidade de uma geração estadunidense pós-Guerra Fria, distanciada do Holocausto temporalmente e espacialmente (LOSHTIZKY, 1997), evidenciando o fenômeno de “americanização do Holocausto”, iniciado por volta da década de 80, inaugurado pela minissérie “Holocausto” (1978), e promovendo a chamada “Indústria do Holocausto”, um termo controverso e provocador usado por Finkelstein (2001) para indicar a construção desta “sensibilização” da sociedade estadunidense. Portanto, a memória da *Shoah*<sup>25</sup> é moldada por um cineasta estadunidense que se tornou “autoridade mundial”, dentro do universo midiático, acerca dessa temática. A consolidação de Spielberg como “guardião”, melhor seria, monopolizador da memória se efetiva com o projeto *Survivors of the Shoah, Visual History Foundation*<sup>26</sup>, inaugurado, também em 1993, que recolhe relatos de sobreviventes do Holocausto em todas as partes do mundo (KURTZ, 2010b).

O testemunho, nos anos 1990, tornou-se central no espaço público que construiu desde a década de 1980 uma obsessão pela memória e o passado (HARTOG, 2003). A Fundação de História Visual eleva Spielberg ao status de “curador” da memória, estabelecendo uma concepção *spielberguiana* de

<sup>24</sup> Ver <https://www.boxofficemojo.com/movies/?page=main&id=schindlerslist.htm>

<sup>25</sup> Termo em iídiche para determinar o Holocausto judeu pelo regime nazista.

<sup>26</sup> Atualmente a fundação está sob a guarda da *University of Southern California*.

testemunho, na qual os depoimentos seguem a mesma narrativa clássica que discutimos anteriormente

[...] três coordenadas cronológicas da vida do sobrevivente: o período anterior à perseguição; a fase efetiva do Horror, incluindo perseguição, deportação, vida nos campos e regresso; e, finalmente, a reinserção na vida do pós-guerra até a atualidade. De forma geral, essas três fases têm a duração, respectivamente, de 20%, 60% e 20% do testemunho. (KURTZ, 2010b, p. 10)

Uma vez mais Spielberg busca a unidimensionalidade do melodrama clássico nos sobreviventes que retrata, não abordando em nenhum momento, as concessões e colaborações que as vítimas precisaram fazer para sobreviver, enquadrando as memórias de forma linear e sem nuances: os personagens-vítimas são sempre “bons” e “inocentes” (KURTZ, 2010b). Assim como em “A Lista de Schindler”, os depoimentos se encerram com uma breve celebração da história canônica (BORDWELL, 1996). Spielberg finaliza a narrativa com as testemunhas mostrando seus descendentes, “isto demonstra que é certo o fato de que salvando uma vida pode salvar-se o mundo” (SPIELBERG *apud* KURTZ, 2010, p. 10).

## 2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como intenção elaborar uma breve revisão teórica acerca dos estudos contemporâneos da memória e suas relações com a construção histórica para dar o aporte necessário para os debates do próximo capítulo. Assim como analisar o filme “A Lista de Schindler”, a partir do entendimento das semelhanças entre as narrativas históricas contemporâneas e as narrativas cinematográficas clássicas. A partir disto foi possível concluir que a cultura popular possui forte papel de retratar a história através de filmes considerados históricos. Principalmente, por não somente retratar acontecimentos do passado, mas se tornar a própria história.

O filme de Spielberg é um marco na concessão ao cinema, com destaque aquele produzido por Hollywood, de grande parte do monopólio da historiografia na contemporaneidade. Inaugurando uma fase na filmografia do próprio Steven Spielberg que após a produção da obra discutida neste trabalho se dedicou a

produção de outros filmes consideados históricos como: “*Amistad*” (1997), “O Resgate do Soldado Ryan” (1998) e “Lincoln” (2012).

### 3. O MITO DO HOLOCAUSTO: FORMAÇÃO E DESDOBRAMENTOS

#### 3.1 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

Este capítulo discute como a memória do Holocausto se relaciona com a existência do Estado de Israel, abordando como essa narrativa histórica se posiciona desde o ambiente doméstico dos EUA, principalmente, na manutenção da relação especial com Israel.

Contudo, também, se dá atenção para como a memória é usada dentro do próprio território israelense e os paradoxos, entre a memorialização do Holocausto e as relações dos sionistas com os vizinhos árabes, mas sobretudo, com os “estrangeiros” internos, os palestinos. Ao fim se procura entender como a gramática moral do Holocausto justifica e legitima a política externa estadunidense, não somente para Israel, mas como um todo.

#### 3.2 A DESCOBERTA E A COLONIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO PELOS AMERICANOS<sup>27</sup>

Neste subcapítulo dois autores e duas obras serão majoritariamente abordados: Peter Novick, autor de *“The Holocaust in American Life”* (1999) e Norman G. Finklestein, autor de *“A Indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento judeu”* (2001).

Novick introduz seu livro destacando a motivação que o fez dedicar-se a esta pesquisa:

Este livro teve sua origem na curiosidade e no ceticismo. A curiosidade, que me envolveu como historiador está relacionada com saber porque, o Holocausto, nos anos 90, na América, cinquenta anos após o fato e a milhares de quilômetros do seu local, chegou a atrelar-se tão fortemente em nossa cultura. O ceticismo, que me envolvia como judeu e como americano, tinha a ver com esse papel proeminente que o Holocausto passou a desempenhar na vida, tanto dos judeus americanos, quanto dos demais americanos e no discurso americano no geral (NOVICK, 1999, p.1).

---

<sup>27</sup> Os dois autores que enfocaremos nesta seção usam “americano” como sinônimo de estadunidense. No decorrer desse trabalho procurou-se não cometer tal generalização de denominar a uma nacionalidade o nome de todo um continente. Entretanto, nessa seção será necessário devido ao uso de citações diretas e expressões usadas pelos autores.



Em “A Indústria do Holocausto”, Finklestein faz diversas referências e estabelece um forte diálogo com a obra de Novick, definindo esta interlocução como “uma compilação de observações provocantes” das ideias de Novick. Finklestein, filho de judeus libertos de um campo de concentração, afirma:

A questão mais importante, no entanto, é esta. Fora este fantasma [foto dos familiares de sua mãe mortos no campo], não me lembro de o holocausto nazista alguma vez ter feito parte de minha infância. A razão principal era que ninguém além da família parecia se interessar pelo que aconteceu. Meu círculo de amigos de infância lia muito e debatia com paixão os acontecimentos do dia. Mas, honestamente, não me recordo de algum amigo (ou pai de amigo) ter feito uma única pergunta sobre o que meus pais sofreram. Não era um silêncio respeitoso. Era apenas indiferença. Deste ponto de vista, só se pode duvidar da explosão de angústias nas últimas décadas, depois que a indústria do Holocausto foi pesadamente estabelecida (FINKELSTEIN, 2001, p.10).

Os dois autores, em suas obras escritas na década de noventa, refletem sobre a emergência da consciência do Holocausto a partir da pergunta “por que agora?” e, neste sentido, estas obras tornam-se pertinentes, pois fazem isto também por meio de uma reflexão contemporânea do principal objeto de estudos deste trabalho, o filme “A Lista de Schindler” (1993).

De um modo geral, ambos investigam e levantam evidências de porque o Holocausto possui uma trajetória distinta de outros eventos históricos. Geralmente, acontecimentos históricos são comentados logo após sua ocorrência e depois se movem gradualmente para as margens da consciência coletiva. Entretanto, o Holocausto foi pouco lembrado na esfera pública nos primeiros vinte anos após a Segunda Guerra e, somente a partir dos anos 70, torna-se central no discurso público estadunidense, entre os judeus centralmente, mas, também, para os cidadãos dos EUA em geral (NOVICK, 1999).

Assim, como nesta monografia, a categoria central de explicação de Novick (1999) é a memória. As perguntas principais do autor são, além de “por que agora?” também “por que aqui?”. Novick questiona-se por que nos Estados Unidos, já que no país não há uma conexão geográfica, como na Alemanha ou países ocupados pelo Eixo na 2ª G.M, nem uma conexão do tipo que Israel têm com o tema, um dos seus mitos fundadores.

O autor afirma que tais questões não são centrais na análise do Holocausto. Os estudiosos quando se vêem perante a necessidade de abordá-las, respondem a partir de um consenso implícito, concentrando-se em uma explicação

freudiana de “trauma e “repressão”. Portanto, devido ao fato do Holocausto ter sido um evento traumático “centralmente para os judeus americanos, mais difusamente para todos os americanos, o silêncio anterior foi visto como uma manifestação de repressão; a explosão da conversa nos últimos anos tem sido ‘o retorno dos reprimidos’” (NOVICK, 1999, p.3). Entretanto, Novick prefere utilizar a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs para explicar o “fenômeno”.

Apesar da evidente influência de Novick para o trabalho de Finklestein, o autor critica a escolha da memória como a lente para analisar problema:

Moda atual na torre de marfim, a “memória” é sem dúvida a concepção mais pobre, capaz de derrubar, ao longo do tempo, o ápice acadêmico. Concordando obrigatoriamente com Maurice Halbwachs, Novick procura demonstrar como as “preocupações atuais” modelaram a “memória do Holocausto”. Houve época em que intelectuais discordantes usavam categorias políticas robustas como “poder” e “interesses”, de um lado, e “ideologia”, de outro. Hoje, tudo que restou foi a linguagem branda e despolitizada de “preocupações” e “memória” (FINKELSTEIN, 2001, p. 9)

Porém, diante dos argumentos teóricos previamente apresentados no capítulo 2, sabemos que o debate de categorias como “memória”, “interesse”, “poder” e “ideologia” são indissociáveis. A memória coletiva, no entendimento de Novick, em diálogo com Halbwachs,

[...] não é apenas conhecimento histórico compartilhado por um grupo. De fato, a memória coletiva é, em sentidos cruciais, histórica, anti-histórica. Entender algo historicamente é estar ciente de sua complexidade, ter desapego suficiente para vê-lo de múltiplas perspectivas, aceitar as ambiguidades, incluindo ambiguidades morais, de motivos e comportamentos dos protagonistas. A memória coletiva simplifica; vê eventos de uma única perspectiva comprometida; é impaciente com ambiguidades de qualquer tipo; reduz eventos a arquétipos míticos (NOVICK, 1999, p. 3-4).

Portanto, a memória coletiva enquadra um acontecimento histórico de tal modo que é capaz de criar um imaginário, um produto cultural com uma legitimidade emocional profunda. A “consciência do Holocausto”, em uma aplicação da teoria de Anderson (2013), cria na sociedade estadunidense uma “comunidade imaginada” que assim como a ideia de nação, a família e a religião, torna-se um “modular” adaptável a diversas arenas sociais, capazes de serem incorporados por uma variedade de políticas e ideologias.

A principal crítica que Finkelstein faz a Novick é por este apresentar uma série de exemplos que levariam a uma conclusão, que para o autor que cunhou o termo “indústria do holocausto”, é bastante óbvia:

Apesar dos evidentes exemplos de Novick, a memória do Holocausto é uma construção ideológica de interesses investidos. Embora escolhida, a memória do Holocausto, segundo Novick, é “com maior frequência” arbitrária. Ele argumenta que a escolha foi feita não sobre “o cálculo de vantagens e desvantagens”, mas, sim, “sem pesar muito (...) as conseqüências”. Os exemplos sugerem a conclusão oposta. (FINKELSTEIN, 2001, p. 9)

A ressalva, entretanto, de posicionar-se mais persuasivamente sobre o assunto é compreensível, pois tanto Finkelstein, quanto outros intelectuais com posições mais “provocantes” acerca da questão do “despertar” do Holocausto sofreram com boicotes da academia e da mídia (CHOMSKY, 2002).

A tese central da “Indústria do Holocausto” (2001) é que “O Holocausto” é uma representação ideológica do holocausto nazista e o autor em uma nota de rodapé, no texto citado, diferencia os dois termos, sendo o primeiro uma interpretação ideológica dos fatos e o segundo, o ocorrido histórico. Porém, ressalta que, como a maioria das ideologias, “O Holocausto” possui uma conexão, mesmo que tênue com a realidade. Considerando em termos do estudos da memória, é possível recordar os apontamentos feitos por Castoriadis (1982) que ressalta que todo simbolismo se constitui de matérias de simbolismos prévios na história.

“O Holocausto”, para este autor, é uma construção em que os dogmas centrais sustentam interesses políticos e de classe, e o principal desdobramento dessa “bomba ideológica”, é a projeção do Estado de Israel, um dos maiores poderes militares do Sistema Internacional, como um Estado “vítima”. A “vitimização” é estendida a minoria étnica mais bem sucedida dos Estados Unidos, os judeus. “O Holocausto” tornou a elite judaica estadunidense e Israel blindados às críticas (FINKELSTEIN, 2001).

Novick (1999), também, aborda a problemática da imunidade dada a Israel devido a essa “vitimização”. Para o autor, a questão central é que os conflitos geopolíticos do Estado, principalmente os ligados a questão palestina e aos enfrentamentos com seus vizinhos árabes, são interpretadas dentro do paradigma da memória coletiva construída para o Holocausto. Nesta memória coletiva, uma

realidade histórica, política e cultural complexa, o holocausto nazista, é vista com simplicidade moral dual, preto e branco.

O processo de formação dessa memória coletiva e da moldura para o enquadramento da memória passa pelo processo de transformar o Holocausto em um evento singular da história, sem precedentes e incomparável. Portanto, o Holocausto passa a ocupar um lugar de destaque no pensamento, no ritual religioso judaico e, sobretudo na identidade. O simbolismo e sacralização do Holocausto se destaca na comunidade judaica estadunidense, que o torna o denominador comum de sua identidade no século XX (NOVICK, 1999).

Para compreender como se chega nesse momento, é necessário retroceder brevemente. Como vimos anteriormente no capítulo 1, houve uma mobilização desde a sociedade civil estadunidense para apoiar o reconhecimento de Israel, portanto a pergunta- que Novik (1999) é: o que os mobilizou?

Os estadunidenses não judeus que se mobilizaram via cartas, petições e resoluções em favor do Estado judeu, sentiram-se engajados, uma vez que houve uma injeção de energia de mobilização por parte de organizações sionistas, como a AIPAC e a *Zionist Organization of America (ZOA)*<sup>28</sup>. Mas é necessário destacar que a origem do apoio provém da ideia de “por que não?”, uma vez que havia a percepção de que isto resolveria o problema dos refugiados, além de economizar os impostos pagos pelos cidadãos estadunidenses que foram amplamente destinados para re-estabilização do Sistema Internacional no pós-Segunda Guerra.

Logo, a teoria que os EUA e seus cidadãos apoiaram Israel devido a um sentimento de culpa perante a sua cumplicidade com o Holocausto, não é uma evidência contemporânea do período do fim da Segunda Guerra e da criação do Estado de Israel (NOVICK, 1999). A memórias de líderes políticos foram retrospectivamente reconfiguradas para supervalorizar o papel que o Holocausto possuiu no processo decisório em relação ao reconhecimento de Israel como Estado dando a decisão um sentido moral e não político:

---

<sup>28</sup> Segundo o site da organização, esta foi fundada em “1897, a Organização Sionista da América (“ZOA”) é a organização pró-Israel mais antiga dos Estados Unidos. Com escritórios em todo o país e em Israel, o ZOA dedica-se a educar o público, funcionários eleitos, mídia e estudantes do ensino médio sobre a verdade da guerra árabe / islâmica em curso e implacável contra Israel. A ZOA também está comprometida em promover fortes relações EUA-Israel. O ZOA trabalha para proteger estudantes judeus de faculdades e escolas secundárias de bullying, assédio e discriminação e na luta contra o semitismo em geral”. Disponível em: <https://zoa.org/about/>. Acesso em 24 Nov. 2019.

Houve um aparente deslocamento da crença de que os Estados Unidos e seus aliados eram culpados, para a crença de que eles deveriam ter se sentido culpados,, para a crença de que eles se sentiam culpados. Alguns parecem confundir simpatia pelos sobreviventes, que havia em abundância, e culpa pelo Holocausto, da qual não há evidências contemporâneas, uma equação estranha (NOVICK, 1999, p. 74).

Portanto, a noção da criação e reconhecimento do Estado israelense como o ato de expiação de um Ocidente arrependido, apela à uma sensibilidade moral e estética e torna-se um mito sustentado, como muitos mitos, por causa de sua utilidade: se inicialmente o apoio estadunidense ao nascimento de Israel foi dado a pretexto de uma parcial cumplicidade no Holocausto, a culpa e a obrigação irredimível exige o apoio contínuo à Israel (NOVICK, 1999).

Logo, este mito demonstra a instabilidade da memória coletiva, que não pode ser processada sem enquadramento. Segundo a perspectiva de Novick (1999), o enquadramento da memória do período pós-guerra de 1933, começa a ser determinado no pós-guerra de 1967 (Guerra dos Seis Dias), sendo mais bem delimitado no pós-guerra de 1973 (Guerra do Yom Kippur). Já para Finkelstein a guerra dos Seis Dias (1967) foi mais relevante. É importante recapitular que o enquadramento da memória é constituído pelo material fornecido pela história, ou seja, a memória, assim como a história, não se constrói sem um tempo e um espaço real.

A emergência do Holocausto se situa em um contexto mais amplo do que os conflitos em Israel, encontra-se em um contexto interno estadunidense. O Holocausto se tornou uma parte central da consciência judaica, em um período, que se inicia nos anos 60, no qual grupos minoritários lutam para reverter o processo de assimilação e silenciamento. A descoberta do Holocausto é mais atraente para a comunidade judaica estadunidense, pois se ajustou ao modelo americano que molda a distinção étnica em torno de uma história de “vitimização” (COLE, 2000).

Em meio a “cultura de vitimização” e da eclosão da “política de identidade” insere-se a identidade étnica do Holocausto. Nesse sentido, a comunidade judaica procura inserir-se na mesma denúncia de injustiça e vitimização que negros, indígenas, mulheres e LGBT+’s. Entretanto, a comunidade judaica é a mais bem-sucedida minoria nos EUA, tendo uma renda *per capita* praticamente duas vezes maior que um estadunidense não-judeu (FINKELSTEIN, 2001).

Como visto no capítulo 1, a comunidade judaica é historicamente um grupo com convicções políticas liberais e progressistas, todavia, houve uma reorientação ideológica a partir das organizações judaicas, entre a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). A partir do anúncio de um “novo antissemitismo”, afastando-se da perspectiva “integracionista”, a comunidade judaica deveria virar-se para si e dar ênfase aos distintos interesses judeus. Aqueles que promoveram a ideia de um novo antissemitismo argumentavam que a nova versão, diferente da antiga, não se refletia necessariamente em relação aos judeus como etnia. Muitas vezes, era uma questão de políticas que poderiam prejudicar os interesses judeus, mesmo que as políticas não tivessem como objetivo lhes prejudicar. (NOVICK, 1999).

Por exemplo, a mudança da orientação da colônia judaica foi notável com o crescimento da tensão com os afro-americanos. Historicamente, povos aliados contra a discriminação de raça nos Estados Unidos, muitos judeus rompem a aliança com o movimento de Direitos Civis, no fim dos anos 70, quando se adicionam às pautas de luta questões de classe. Não se exigia mais somente igualdade política, também se exigia igualdade econômica (FINKELSTEIN, 2001).

Assim, apesar da situação da comunidade judaica não oferecer exatamente as “credenciais” necessárias para incluir-se como minoria política, sendo que os judeus americanos eram de longe o grupo mais rico, com melhor formação, mais influente e com mais sucesso, sem discriminação mensurável e sem desvantagens por conta desse status minoritário. Ainda assim, na medida em que a identidade judaica estava ancorada no sofrimento dos judeus europeus, o “status” de vítima foi reivindicado, principalmente no que concerne aos privilégios morais, tendo sua maior expressividade nos anos 80 e 90 (NOVIK, 1999) e repercutindo, também, nas crises enfrentadas pelos EUA nos anos 2000, como veremos na última sessão deste capítulo.

### 3.3 O MUSEU DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO: MATERIALIZAÇÃO DO MITO O HOLOCAUSTO

O fundamento da identidade de grupo e as reivindicações de “grupo-vítima” se fundam na primazia do Holocausto, que se resume na ideia de que “sua catástrofe, ao contrário da nossa, é comum; ao contrário da nossa é compreensível;

ao contrário da nossa é representável” (NOVICK, 1999, p. 9). A maior vitória do reconhecimento de “vitimização superior”, a peça central da obsessão pela “memorialização”, foi a criação do Museu do Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, localizado no *National Mall* em Washington, Capital Federal. .

O Conselho Americano do Memorial do Holocausto foi anunciado por Jimmy Carter<sup>29</sup> durante a visita do Primeiro Ministro israelense Menachem Begin<sup>30</sup> na capital estadunidense, em 1979. Anteriormente ao anúncio da iniciativa, Carter havia se envolvido em um polêmica em que reconheceu o direito legítimo dos palestinos, o que irritou e ofendeu o poderoso eleitorado judeu, no início de sua campanha eleitoral (FINKELSTEIN, 2001).

Dentre os conselheiros do Museu estava Elie Wiesel, que desempenhou um papel de liderança nos anos 60 e 70 na construção dos dogmas da “indústria do Holocausto”, após a publicação do seu livro *“Night”* (1960) sobre sua experiência em Auschwitz. Wiesel tornou-se uma espécie de porta-voz da comunidade judaica estadunidense, sendo o primeiro, por exemplo, a verbalizar acerca de uma semelhança entre a guerra de 67 e o Holocausto, como demonstramos no capítulo 1, líderes árabes declaram ameaças como: “eliminar Israel do mapa” e “levar os judeus ao mar”. Declarações estas, que trouxeram o medo de um segundo Holocausto, desencadeando campanhas de apoio a Israel. Wiesel substitui o símbolo, dentro dos EUA, de judeu vítima, representado por Anne Frank, por a de judeu sobrevivente, e finalmente, durante os anos 90, Steven Spielberg o substituiu no papel de sobrevivente, com o filme “A Lista de Schindler” (COLE, 2000).

Wiesel foi responsável “como especialista incontestável do período do Holocausto” por restringir o Museu apenas às vítimas judias. O Museu ignora as primeiras vítimas políticas do genocídio nazista, os comunistas, assim como pessoas com deficiências, físicas e mentais, e não reconhece o genocídio do povo romani, pois o reconhecimento do genocídio étnico desse grupo significaria a perda do caráter único do Holocausto e a perda do capital moral que traz consigo. Seguindo uma lógica sionista, o Memorial reforça a ideia de “uma terra sem povo para um povo sem terra”, na qual os judeus europeus encontraram a redenção para seu sofrimento (FINKELSTEIN, 2001). Se pode compreender tal construção, em termos dos estudos contemporâneos da memória, como uma forma de comemoração da

---

<sup>29</sup> Presidente estadunidense entre 1979 e 1981 (KARNAL *et al.*, 2017)

<sup>30</sup> Primeiro ministro israelense entre 1977 a 1983.

memória, que assim como explicado por Zelizer (1995), é a reprodução do passado para cumprir objetivos do presente ressaltando uma narrativa original.

As décadas do processo de organização da memorialização culminam no já mencionado “ano do Holocausto”, no qual se consagra o mito do Holocausto na vida americana. Este, no fim do século 20, tornou-se um evento histórico oficialmente incorporado na memória estadunidense, como indicam as palavras do presidente Clinton na inauguração do Museu, em abril de 1993: “para todos os americanos” (CLINTON, 1993). Ao utilizarmos o termo “mito”, assim como Cole (2000, p.4),

[...] não sug[erimos] - como os chamados revisionistas e negadores do Holocausto fazem - que seis milhões de judeus não foram assassinados durante a Segunda Guerra Mundial [...]. A realidade histórica é que cerca de seis milhões judeus foram assassinados na Segunda Guerra Mundial na Europa. Eu ecoaria as palavras de Liebman e Don-Yehiya - que também usam o termo "mito do Holocausto" em seu estudo da religião civil israelense - que "por rotular uma história de mito, não queremos dizer que seja falso". Pelo contrário, um mito é uma história que evoca sentimentos fortes, transmite e reforça valores básicos da sociedade.

Entretanto, o mito do Holocausto é a "Americanização do Holocausto", teorizada por Novick e também por Finkelstein, já que o mito é a base da Indústria do Holocausto, é o processo de remodelagem do "Holocausto", nos Estados Unidos, em um mito fundador que reafirma o “pluralismo, tolerância, democracia e direitos humanos que fala pela América sobre si mesma” (COLE, 2000, p. 14).

No entanto os Estados Unidos escolhem lidar com os traumas do Holocausto promovendo um enquadramento histórico e moral para traumas provenientes de sua história e memória nacional, ignorando uma memorialização própria da diáspora negra e do genocídio nativo americano. Para que se tenha uma visualização de tal movimento em termos cronológicos basta dizer que enquanto o Museu do Holocausto foi inaugurado em 1993, o Museu Nacional dos Indígenas Americanos foi inaugurado em 2004 e o Museu Nacional da História e Cultura Afro-americana, somente, em 2016.

### 3.4 ISRAEL E O QUESTIONAMENTO DO MITO SIONISTA DO HOLOCAUSTO

A guerra de 1973 despertou nas organizações judaicas estadunidenses uma consciência da vulnerabilidade judaica e o isolamento do Estado judeu. Os



líderes buscaram entender as razões do isolamento e como solucionar o problema. A resposta encontrada foi a falta de consciência e a ignorância das novas gerações em relação ao Holocausto. Oficiais da ADL concluem, em um livro escrito pós-*Yom Kippur*, que no mundo pós-Segunda Guerra, o tempo no qual o mundo não-judeu continuou ver os judeus como oprimidos foi incrivelmente curto. O argumento foi que o esquecimento do Holocausto produziu a deterioração nas relações entre não-judeus e judeus. Para a ADL o mundo não judeu só acha possível lidar com os judeus se estes são vítimas, portanto, faz um esforço para torná-los vítimas novamente (NOVICK, 1999).

Said (2003) analisa que o sionismo estadunidense é fortemente deslocado da realidade e absorto por uma culpa “diaspórica”, pois o que significa ser sionista se não se migrar para Israel? É a partir das contradições de uma identidade judaica estadunidense que possui suas fundações no Holocausto e em Israel, mas que não possui ligação real com sobreviventes do Holocausto, pois poucas famílias da elite judaica estadunidense são formadas por sobreviventes, e seus membros não têm intenções de imigrar para o lar judeu (onde seria o único lugar, segundo os mesmos, seguro em meio de um mundo antissemita), que emerge

[...] muito comumente uma assustadora mistura de violência vicária contra os árabes e um profundo temor e ódio por eles, que é resultado - diferentemente do que ocorre entre judeus israelenses - de não ter qualquer contato direto permanentemente com eles. Para sionistas americanos, portanto, os árabes não são seres reais, mas fantasias de quase tudo o que pode ser demonizado e desprezado, em especial o terrorismo e anti-semitismo (SAID, 2003, p. 94).

Entretanto, o projeto sionista de colonização é o mais bem sucedido, dentre os muitos projetos similares que a Europa concebeu desde a Idade Média (SAID, 1992). Este se constitui tardiamente, no sentido que, quando o projeto político sionista nasceu na década de 1890, a expansão europeia estava em alta e nada parecia mais correto e adequado do que o estabelecimento da soberania europeia em áreas não europeias. Era o auge do fardo do homem branco. Theodore Herzl argumentou que um estado judeu na Palestina seria um posto de civilização contra a barbárie oriental (NOVICK, 1999).

Porém, quando se dá a fundação de Israel, o neocolonialismo estava enfrentando revoltas e processos de independências, a Assembleia Geral da ONU

se viu repleta de países recém-libertos do domínio europeu e Israel encontrava-se em meio a essa conjuntura forjando alianças com potências coloniais como Grã-Bretanha e França. Israel tornou-se anacrônico.

Diferentemente do sionismo estadunidense, o sionismo israelense entra em crise quando uma nova geração de pensadores começa a questionar o caráter colonial da identidade do Estado. O pós-sionismo acredita que a empresa sionista colonial deve ser desmontada, não possui validade moral, é sobretudo antissionista. A essência do pós-sionismo é que o Estado de Israel é um fenômeno amoral, pois se estabelece com base na destruição do outro - os palestinos -, no racismo e no colonialismo (WURMSER, 1999).

Este movimento se constituiu por questionamentos que ao longo de toda a existência do estado foram feitos por intelectuais que não compactuavam com as práticas do Estado, ainda que sem o nome de pós-sionismo. A primeira Guerra do Líbano (1982) e a emergência da Primeira Intifada (1987-1993) foram os eventos que dispararam o desenvolvimento da abordagem crítica da realidade passada e presente de Israel, e seus processos de construção e manutenção (PAPPÉ, 2013).

Não se limitando a questionar as questões sociais e políticas, o pós-sionismo aborda alguns dos problemas mais sensíveis que concernem ao povo judeu. Vários trabalhos colocam novos princípios éticos e morais no reexame do Holocausto, um dos mais sensíveis nervos na sociedade israelense. No estado de Israel, para os pós-sionistas, sempre houve um uso cínico do Holocausto, porque suas lições são estruturadas em termos de um particularismo judeu que, assim, justifica ações da nação e fortalece sentimentos nacionalistas, em vez de incluir como lição histórica humanista em geral (WURMSER, 1999)

O pós-sionismo preocupa-se em redefinir as molduras da memória do Holocausto para uma lição universalista, negando a redução da lição do Holocausto à crença de que o “mundo todo está contra nós”, contras os judeus. O mito do Holocausto universaliza o antissemitismo, pois quando o antissemitismo deixa de ser uma ameaça, o sionismo perde sua razão de ser.

Logo, o movimento alerta para as consequências desastrosas de penetrar sistematicamente a consciência coletiva israelense com esse particularismo. Concluiu-se que o uso do Holocausto para construir uma identidade judaica a partir da ideia de “vítima eterna” é como se fosse uma “vitória trágica e paradoxal” de Hitler (ELKANA, 1988).

No entanto, com o colapso do acordo de Oslo, a eclosão de uma nova intifada e enfraquecimento da esquerda israelense, nasce o neossionismo, uma posição política relutante em se comprometer de modo significativo, seja de qualquer maneira, com os palestinos ou permitir qualquer desenvolvimento da sociedade civil que iria melhorar a vida e *status* de não judeus, principalmente os cidadãos palestinos. Como na sociedade e na política, a academia se deslocou para a direita e o conservadorismo (PAPPÉ, 2013).

As crises dos anos 2000, que no contexto internacional e regional mais amplo, incluem os atentados de 11 de Setembro de 2001, a proclamação da Guerra ao Terror, a transformação do terrorismo na principal pauta na agenda internacional, culminando na invasão do Afeganistão e do Iraque, acentuaram este movimento. Desse modo, qualquer desvio da pauta sionista foi considerado equivalente a traição, pois, Israel tornou-se alvo na região por servir de apoio para os Estados Unidos nas invasões. Portanto, o pós-sionismo foi silenciado e dificilmente está presente nas vozes acadêmicas, midiáticas e políticas, até na atualidade (PAPPÉ, 2013).

### 3.5 A GRAMÁTICA MORAL DO HOLOCAUSTO E A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE

A teórica Cynthia Weber escreveu o artigo “*Flying Planes Can Be Dangerous*” (2002) para traçar a gramática moral de duas datas infames da história estadunidense: o ataque a base militar de *Pearl Harbor* (1941) pelo Império Japonês na Segunda Guerra Mundial e o ataque da *Al Qaeda* ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001. A autora voltou seus olhos para *Hollywood*, e o *blockbuster* de Michael Bay, “*Pearl Harbor*” (2001), como ponto de partida para investigar a gramática moral dos Estados Unidos, ou seja, a moral, os códigos que estruturam as narrativas e interpretações sobre guerra. Weber afirma,

Não estou argumentando que os eventos históricos que ocorreram em *Pearl Harbor* são idênticos à sua representação cinematográfica. Em vez disso, estou sugerindo que interpretações de narrativas históricas e suas formas significantes populares estão tão cruzadas e confusas uma com a outra que a tentativa de diferenciar fato de ficção é provavelmente falha; mais importantes tais tentativas fecham os olhos para o que representações populares podem nos dizer sobre a política e o desejo político vinculado em interpretações da história e de eventos (WEBER, 2002, p. 131)

Nesse sentido, como tem sido apresentado ao longo deste trabalho é possível compreender que a gramática moral do Holocausto pode ser entendida também como o condutor moral para a política externa dos EUA. Contudo, a adoção dessa gramática moral possui raízes prévias no excepcionalismo tradicional que é perceptível desde a fundação da República. Este se configura a partir da ideia de “destino manifesto”, uma vocação e a função de ser o povo escolhido, função dada por deus, pela qual os EUA estão incumbidos da missão de espalhar a concepção de sociedade às áreas necessitadas de ajuda (KARNAL, 2017).

Em geral, na contemporaneidade, o envolvimento dos EUA na Segunda Guerra tem sido roteirizado como exemplo, excepcional, da bondade e heroísmo do país e, muitas vezes, retratado como a “guerra boa”. O principal aliado do mito da “guerra boa” foi a Americanização do Holocausto. O Holocausto é como um jogo da moralidade, do bem contra mal, ajustando-se perfeitamente com as concepções pré-existentes de excepcionalismo. Logo, os EUA se veem como libertador dos judeus, matador de nazistas, protetor de Israel e inimigo do antissemitismo e do terrorismo islâmico (MACDONALD, 2007).

Sendo assim, o Holocausto contribuiu recentemente para uma nova forma de excepcionalismo:

Nos anos 70, funcionou como uma antípoda da bondade americana, após 11 de setembro de 2001, a própria América começou a se ver como uma vítima (às vezes semelhante ao Holocausto). O anti-semitismo e uma nova forma de ódio, o "anti-americanismo", foram justapostos e confundidos. As formas novas e tradicionais de excepcionalismo servem para impactar uma ilusão de bondade excepcional (MACDONALD, 2007, p. 23)

Após os atentados de 11 de setembro a nação mais forte do Sistema Internacional passou a reivindicar seu próprio trauma e status de vítima, essa identificação logo serviu como justificativa para uma série agressões (SAMUELS, 2007). “América como vítima” não era uma imagem popular até depois do ataque, logo, o Holocausto mostrou-se útil para compreender, em termos de vulnerabilidade, humilhação e raiva, a experiência do ataque (MACDONALD, 2007).

O sistema de entretenimento globalizado estadunidense proporciona rápida assimilação da natureza traumática do Holocausto (SAMUELS, 2007). Este sistema, ao tornar o genocídio perpetrado pelos nazistas um objeto da cultura popular, faz o público experimentar, assim como apresentado por Loshitszy (1997),

uma herança comum com pessoas que nunca viram, experiências que nunca viveram e lugares que nunca visitaram, criando um senso de “ancestralidade” com esse passado com o qual não se relacionariam se não houvesse o trabalho da memória realizado pela televisão e pelo cinema. Portanto, houve a capacidade de elaboração das bases de uma retórica que desconecta o trauma de análises críticas, tornando-o um objeto de fácil uso para manipulação política e ideológica (SAMUELS, 2007).

O uso da gramática do Holocausto para interpretar os acontecimentos do 11/09 e seus desdobramentos só foi possível, pois o Holocausto foi institucionalizado como um aspecto chave da identidade estadunidense. Tal institucionalização foi viabilizada com eventos como o ano do Holocausto (1993-94), a estreia da “Lista de Schindler” e a inauguração do Museu em Washington.

O excepcionalismo clássico, em que os EUA são a máxima expressão de bondade, permaneceu mais forte e é presente ao longo de toda história, sendo uma forte ferramenta retórica usada durante a Segunda Guerra, e também na Guerra ao Terror, diferentemente do “antiamericanismo” que não se sustentou de forma mais ampla. O próprio George Bush<sup>31</sup> demonstra isso ao dizer que a *Al Qaeda* odeia “nossa liberdade”, mas não necessariamente quer a eliminação de todo cidadão estadunidense. Portanto, ao defender as invasões no Afeganistão (2002) e Iraque (2003) o presidente Bush invoca muitas vezes a “boa guerra” e o excepcionalismo. Em um discurso feito em janeiro de 2006, sobre o Estado da União, Bush argumentou: “nós somos a nação que salvou a liberdade na Europa e libertou campos de extermínio, e ajudou a levantar democracias e enfrentar um império do mal. Mais uma vez, aceitamos o chamado da história para libertar os oprimidos e levar este mundo à paz” (BUSH, 2006).

### 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Com os debates deste capítulo torna possível concluir que os mitos e símbolos que formam nossa memória coletiva são construídos e perpetuados pela cultura popular. *Hollywood* forja características permanentes na consciência histórica estadunidense, que através de seu poder hegemônico, transfere tais características ao mundo.

---

<sup>31</sup> Presidente estadunidense de 2001 a 2009 foi responsável por declarar a Guerra ao Terror.

Portanto, os EUA adotam a gramática moral da Segunda Guerra, especialmente do Holocausto, pois esta cumpre o desejo estadunidense de liderança nas políticas de securitização, na determinação de agendas internacionais e na tutela do mundo pós-guerra. Logo, percebemos que a capacidade política fornecida por esse excepcionalismo moral molda a agenda interna de outros estados, incluído Israel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho buscamos provar a hipótese de que processo de memorialização, executado pela cultura popular e a instrumentalização da memória do Holocausto, o genocídio judeu perpetrado pelos nazistas, é construído para legitimar a política externa dos Estados Unidos da América (EUA) para Israel. A partir do filme “A Lista de Schindler” (1993), dirigido pelo notável diretor Steven Spielberg.

Desde o primeiro capítulo, buscamos traçar a história da “relação especial” entre Estados Unidos e Israel. Portanto, procuramos pontuar os objetivos e interesses da manutenção dessa relação. Apesar da dificuldade de identificá-los com clareza, é perceptível que elas são fortemente influenciadas, se não determinadas, em grande medida, por um grupo de interesse sionista pró-Israel fortemente organizado dentro da política e sociedade estadunidense, como indicam Mearsheimer e Walt (2007). Não obstante, os Estados Unidos se valem de Israel para materializar seus interesses na região do Oriente médio, sendo coniventes com a expansão colonial e com a violência com o povo palestino, perpetrada por Israel. Essa política externa que possui uma complexidade de tal grau precisa ser baseada em forte justificativas, que se constrói com os usos da memória para a formação da história, por meio do cinema.

Os estudos contemporâneos da memória e suas relações com a construção histórica tornou possível o entendimento de que modo “A Lista de Schindler” insere-se como narrativa histórica, portanto, insere-se no imaginário coletivo. Se tornando o próprio fato histórico, não somente uma representação deste. O filme de Spielberg se torna um marco na concessão ao cinema, com destaque aquele produzido por Hollywood, de grande parte do monopólio da historiografia na contemporaneidade. Além de inaugurar uma fase na filmografia do próprio Steven Spielberg que após a produção da obra discutida neste trabalho se dedicou a produção de outros filmes considerados históricos como: “*Amistad*” (1997), “O Resgate do Soldado Ryan” (1998) e “Lincoln” (2012).

Os debates estabelecidos no decorrer do trabalho torna possível concluir que os mitos e símbolos que formam nossa memória coletiva são construídos e perpetuados pela cultura popular. *Hollywood* forja características permanentes na

consciência histórica estadunidense, que através de seu poder hegemônico, transfere tais características ao mundo.

Portanto, os EUA, a partir da cultura popular, legitimam o uso da gramática moral da Segunda Guerra, especialmente do Holocausto, para cumprir o desejo estadunidense de liderança nas políticas de securitização, na determinação de agendas internacionais, na tutela do mundo pós-Segunda Guerra e na manutenção de sua hegemonia no SI. É possível concluir que a capacidade política fornecida pelo excepcionalismo moral, molda a agenda interna de outros estados, incluído Israel.

O objetivo final desse trabalho foi buscar alternativas para entender como a ocupação dos territórios palestinos e constante opressão de seu povo segue sem que haja real mobilização para que a situação se modifique. Diante a pesquisa realizada no decorrer dos capítulos, podemos compreender que o Estado sionista sustenta-se através de um grande apoio dos Estados Unidos, agente central do SI, e suas ferramentas para formar opinião pública através do monopólio da cultura popular, principalmente, via *Hollywood*. Logo, provamos a hipótese em que a memória do Holocausto, o genocídio judeu perpetrado pelos nazistas, é instrumentalizado para legitimar a política externa dos EUA para Israel.

Este trabalho, mesmo tendo sua hipótese comprovada, abre a possibilidade para outras pesquisas e investigações de temas que não nos foi pertinente abordar nesse momento. Como, por exemplo, de que maneira o povo palestino busca se posicionar e enfrenta a construção da memória e da história hegemônica acerca da questão Israel-Palestina. Nesse texto, analisamos e estudamos o vencedor dessa “batalha das memórias”. Em uma futura pesquisa, cabe abordar aqueles que a perderam.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 33, n.2, p. 14-36, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Mar. 2019.

AGUIAR, Paula H. **Os acordos de Oslo (1993) – Consequência e causa das Intifadas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARON, Raymond. **Introduction to the Philosophy of History**. London: Weindenfeld and Nicolson, 1938. Disponível em: <<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.530118/page/n5>>. Acesso em 04 Jul. 2019.

ASHLEY, Richard. Untying the Sovereign State: a Double Reading of the Anarchy Problematique. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v.17, n.2, p. 227-262, 1988 . Disponível em: <<https://journals-sagepub-com.ez89.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/03058298880170020901>>. Acesso em: 09 Set. 2019.

AUMONT, Jacques *et al.* **Estéticas del cine: Espacio fílmico, montaje, narración, lenguaje**. Buenos Aires: Paidós, 2008

BALFOUR, Arthur. **Declaração de Balfour**. Londres: The Foreign Office, 1917. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print.php?id\\_noticia=318592&id\\_secao=9](http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=318592&id_secao=9)>. Acesso em: 8 de Mar. 2019

BARTHES, Roland. El discurso de la historia. In: \_\_\_\_\_. **El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y la escritura**. Barcelona: Paidós, 1987, p.161-187.

BARTOV, Omer. In: LOSHITZKY, Yosefa *et al.* (Ed.). **Spielberg's Holocaust: critical perspectives on Schindler's list**. Bloomington: Indiana University Press, 1997, p.41-61

BEVILACQUA, Gilda. A propósito de La lista de Schindler (Steven Spielberg, 1993): una revisión del “desafío” del cine a la historiografía moderna. **Imagofagia. Revista de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, n.9, p.1-31. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4746918>>. Acesso em: 20 Set. 2019.

BORDWELL, David. **La narración en el cine de ficción**. Barcelona: Paidós, 1996.

BUSH, George. **State of Union Adress by the President**. United States Capitol. Whashington, 2006. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2006/>>. Acesso em: 27 Nov. 2019.

BUMP, Philip. In 1927, Donald Trump's father was arrested after a Klan riot in Queens. **The Washington Post**. Washington, 29 Fev. 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2016/02/28/in-1927-donald-trumps-father-was-arrested-after-a-klan-riot-in-queens/>>. Acesso em: 10 Out. 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHOMSKY, Noam. The Fate of an Honest Intellectual. In:\_\_\_\_\_. **Understanding Power: The Indispensable Chomsky**. The New Press, 2002, p. 244-248.

CLINTON, Bill. **Speech at the Opening of the United States Holocaust Memorial Museum**. Jewish Virtual Library, 1993. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/president-clinton-speech-at-the-opening-of-the-united-states-holocaust-memorial-museum-april-1993>>. Acesso em: 30 Nov. 2019.

COLE, Tim. **Selling the holocaust. From Auschwitz to Schindler how history is bought, packaged and sold**. New York: Routledge, 1999.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/cmns/courses/2012/487/1-Extra%20Readings/ConnertonSocialMemory.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2019.

DURKHEIM, Emílie. **The elementary forms of religious life**. Nova York: The Free Press, 1965.

ELKANA, Yehuda. The Need to Forget. **Ha'arertz**. Jerusalém, 1988. Disponível em <[http://web.ceu.hu/yehuda\\_the\\_need\\_to\\_forget.pdf](http://web.ceu.hu/yehuda_the_need_to_forget.pdf)>. Acesso em: 26 Nov. 2019.

FERNANDES, Luiz E.; MORAIS, Marcus V.; In: KARNAL, Leandro *et al.* (Ed.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. Editora Contexto, 2017

FINKELSTEIN, Norman. **A indústria do holocausto. Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. 3.ed. São Paulo: Record, 2001.

GUERRA HIJO, Marvin Edgar Rios. Yom Kippur: uma derrota vitoriosa. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, João Pessoa, v.13, n.5, p.112-123, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/26661/14689>>. Acesso em: 06 Mar. 2019.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.68-75, 1996. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>>. Acesso em: 8 Set. 2019.

HANSEN, Miriam B. Schindler's List is not shoat: second commandment popular modernism, and public memory. In: LOSHITZKY, Yosefa *et al.* (Ed.). **Spielberg's**

**Holocaust: critical perspectives on Schindler's list.** Bloomington: Indiana University Press, 1997, p.77-103.

KARNAL, Leandro. A Formação da Nação. In: KARNAL, Leandro *et al* (Ed.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2017, p.23-97.

KARNAL, Leandro *et al* (Ed.). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2017.

KURTZ, Adriana. Cultura de consumo e representação em 'A lista de Schindler' (ou como embalar um produto de sucesso sobre a memória do Holocausto). **Primera Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación.** Cidade do México, 2010a. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199514908050>>. Acesso em: 30 Ag. 2019.

\_\_\_\_\_. Como consumir – com prazer estético – os testemunhos do Holocausto: uma avaliação crítica sobre a *Fundação Survivors of the Shoah*. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** E-compós, Brasília, v.13, n.2, 2010b. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/495>>. Acesso em: 02 Set. 2019.

\_\_\_\_\_. A construção cinematográfica do Holocausto. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos.** IHU online, ed. 501, 2017. Disponível em <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6787-a-construcao-cinematografica-do-holocausto-e-seus-riscos>>. Acesso em: 25 de Ag. 2019

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LESCH, Ann M. Prelude to the Uprising in the Gaza Strip. **Journal of Palestine Studies**, v.20, n.1, p. 1-23, 1990. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/2537319](http://www.jstor.org/stable/2537319)>. Acesso em: 20 Mai. 2019.

LIPSITZ, George. **Time passages: collective memory and American popular culture.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

LITTLE, Douglas. The Making of a Special Relationship America and Israel. In: \_\_\_\_\_. **American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2008, p.77-116.

LOOSE, Júlia. **A construção da aliança de Estados Unidos e Israel: incentivos estruturais, identidade e lobby.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

LOSHITZKY, Yosefa. Introduction. LOSHITZKY, Yosefa *et al.* (Ed.). **Spielberg's Holocaust: critical perspectives on Schindler's list.** Bloomington: Indiana University Press, 1997, p 1-18.

MACDONALD, David B. Exceptionalism, the Holocaust and American Foreign Policy. MACDONALD, David B.; PATMAN, Robert G. **The ethics of foreign policy.** Routledge, 2016.

MAGALHÃES, Thamires. O conflito entre Israel e a Palestina. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. IHU online, ed. 408, 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4755-o-conflito-entre-israel-e-a-palestina>>. Acesso em: 29. Mar. 2019.

MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. Contexto, 2003.

MARK, Clyde R. **Israel: U.S Foreign Assistance**. CRS Issue Brief for Congress. Washington: Congressional Research Service, The Library of Congress, 2005. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/IB85066.pdf>>. Acesso em: 05 Mai. 2019.

MEARSHEIMER, John J; WALT, Stephen M. **The Israel lobby and US foreign policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

NEFF, Donald. Middle East History: It Happened in December; The Intifada Erupts, Forcing Israel to Recognize Palestinians. **The Washington Report on Middle East Affairs**, v.16, n.4, p.81-83, 1997. Disponível em: <<https://www.wrmea.org/1997-december/middle-east-history-the-intifada-erupts-forcing-israel-to-recognize-palestinians.html>>. Acesso em: 05 Mai. 2019

NOVICK, Peter. **The holocaust in American life**. New York: Houghton Mifflin Company, 1999.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Cinema e imaginário científico. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, supl., p.133-150, Out. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13s0/08.pdf>>. Acesso em: 09 Set. 2019.

PAPPÉ, Ilan. Revisiting Edward W. Said's Palestin: Between Nationalism and post-Zionism. In: NETTON, Ian Richard et. all (Ed.). **Culture and civilization in the Middle East**. Routledge, 2013.

PINHEIRO, Fábio L. F. **Cinema, melodrama e história em Steven Spielberg: da representação dos traumas aos mitos fundadores**. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais, Universidade de São Paulo, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMON-FERNANDES, Vítor. Ontologia e epistemologia da ordem internacional em Raymond Aron. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.45, p.111-122, 2015. Disponível em:< <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n45/n45a07.pdf>>. Acesso em: 10 Ag. 2019.

RICOEUR, Paul. “El entrecruzamiento de la historia y de la ficción”. In: \_\_\_\_\_. **Tiempo y narración III. El tiempo narrado**. México: Siglo XXI, 2009, p. 901-917.

ROTTA, Helen Rocha. A Doutrina Truman e a Criação do Estado de Israel: O Lobby Judaico na Política Americana. **Revista Historiador**, Porto Alegre, n.5, p. 92-102, 2012. Disponível em:

<<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/cinco/7helen.pdf>>. Acesso em: 25 Set. 2019.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. Ed. da Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Imperialismo**. Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **The end of the peace process: Oslo and after**. New York: Vintage, 2007.

SAMUELS, Robert. **Teaching the Rhetoric of Resistance: The Popular Holocaust and Social Change in a Post-9/11 World**. Springer, 2007.

SPIELBERG, Steven. **Academy Awards Acceptance Speech Database**. Year: 1993 (66th) Academy Awards; Category: Directing; Film Title: Schindler's List; Winner: Steven Spielberg. Disponível em: <<http://aaspeechesdb.oscars.org/link/066-8/http://aaspeechesdb.oscars.org/link/066-8/>>. Acesso em: 05 Ag. 2019.

SHANDLER, Jeffrey. Schindler's discourse: America discusses the holocaust and its mediation, from NBC's miniseries to Spielberg's film. In: LOSHITZKY, Yosefa *et al.* (Ed.). **Spielberg's Holocaust: critical perspectives on Schindler's list**. Bloomington: Indiana University Press, 1997, p.153-170.

VELASCO, José F. Durán. **El conflicto árabe-israelí. Una visión no estatolátrica**. Madrid: Bósforo Livros, 2009.

WURMSER, Meyrav. **Can Israel Survive Post-Zionism**. Middle East Quarterly, 1999.

WEBER, Cynthia. Flying planes can be dangerous. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v.31, n.1, p.129-147, 2002. Disponível em: <<https://journals-sagepub-com.ez89.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/03058298020310010701>>. Acesso em: 10 Set. 2019.

ZAILLIAN, Steven. **Schindler's List Screenplay Based on the novel by Thomas Keneally**. First Revision March, 1990. Disponível em: <<https://www.raindance.org/scripts/Schindler's%20List%20script.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

ZELIZER, Barbie. Reading the past against the grain: the shape of memory studies. **Critical Studies in Mass Communication**, London, v.12 n.2 p.214-239, 1995. Disponível em: <<https://sakai.unc.edu/access/content/group/0f5e2e05-ef2a-42e1-94e6-29c533cf563a/Course%20Readings/Zelizer%2C%20Reading%20the%20Past%20Against%20the%20Grain.pdf>>. Acesso em 20 Ag. 2019.

\_\_\_\_\_. Every once in a while: Schindler's List and the shaping of history. In: LOSHITZKY, Yosefa *et al.* (Ed.). **Spielberg's Holocaust: critical perspectives on Schindler's list**. Bloomington: Indiana University Press, 1997, p.18-40.